



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Nº 117

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i>	<i>Doutor Luciano</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

15ª LEGISLATURA
ATA DA 009ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE DEZEMBRO DE 2003

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

Às quinze horas e trinta minutos foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühler, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o senhor deputado Nelson Justus (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, tenho aqui em mãos um requerimento que preocupa muito a Oposição, nesta Casa. É um requerimento datado e apresentado no dia 10 de dezembro, de autoria do nobre deputado Antonio Ani-belli e subscrito por vários outros senhores deputados, que pede a transformação do Plenário em Comissão Geral, para apreciar a remuneração dos cargos e provimentos em comissão de secretários de Estado.

de Ordem, gostaria de saber de V. Exa. se este projeto, efetivamente, vai constar da Ordem do dia das Sessões subsequentes.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero responder a V. Exa. que ainda não determinei a pauta da próxima Sessão. Nesta Sessão, não está incluído. Estou definindo a pauta da próxima Sessão.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, indago, ainda, a V. Exa., já que são 15h25, se o Governo do Estado do Paraná já encaminhou o quadro de cargos e salários dos professores do Estado do Paraná, para que possamos votar, haja vista que foi anunciado pelos líderes da Situação que seria encaminhado à Assembléia no dia de ontem, pelo secretário, que aliás foi objeto de um requerimento que encaminhei à Mesa, pedindo inclusive o comparecimento do secretário Maurício Requião para os esclarecimentos necessários, haja vista que a Oposição quer votar o aumento para os professores, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fui informado há poucos minutos, pelo secretário chefe da Casa Civil, deputado Caíto Quintana, que esta Mensagem não virá ao Poder Legislativo este ano. Houveram algumas incorreções na formação da proposta e só virá no próximo ano.

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Antonio Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)

Gostaria de informar ao nobre líder da Oposição, que ontem quando me referia, quando eu anunciava o pagamento do salário do mês de dezembro aos funcionários no dia 17, eu dizia que provavelmente poderia vir hoje a mensagem de cargos e salários para os professores. Tivemos uma reunião posteriormente, às 18h00, no salão nobre desta Casa, o secretário Maurício Requião ficou de acertar com a APP-Sindicato e hoje pela manhã ele nos informava que os números não chegavam, não se pareciam. Havia uma discrepância nos números. E, por isso, não veio.

Quanto ao requerimento da votação do Projeto 7333, quero informar ao deputado Durval Amaral que nós, no exercício da vice-presidência da Comissão de Justiça, foi instalada às 09h00 da manhã e permanece, ainda, no aguardo. Se fôssemos votar o projeto, não recorreríamos à transformação deste Plenário em Comissão Geral. E sim, remeteríamos o nosso projeto para ser votado, valorizando a Comissão de Justiça nesta Casa. Coisa que no Governo passado... estamos há 8 anos no Governo Jaime Lerner e há 11 meses do Governo Requião, aguardando o Plano de Cargos e Salários.

Gostaria de lembrar a V. Exa. que até uma criança demora 9 meses para nascer. No Governo de V. Exa., 8

Exa. está com pressa. Quem tem pressa come crú, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Deputado Anibelli, agradeço as ponderações de V. Exa., mas quero dizer ao prezado amigo, que efetivamente esta prática de transformação do Plenário em Comissão Geral que o senhor propôs no dia de ontem, está sendo corriqueiramente usada pelos deputados da Situação. Então, não é uma atribuição ou uma prerrogativa exclusiva do governo passado.

Com relação ao plano de cargos e salários dos servidores, eu, pessoalmente, e todos os deputados da Oposição estamos empenhados, como estão os deputados da base em votar uma mensagem que vai ao encontro do interesse dos professores do Estado do Paraná que, aliás, esse quadro de cargos e salários que o senhor muito bem se refere, poderia ter sido feito há quatro anos, há oito anos, há doze anos, quando então era governador o que está hoje; há dezesseis anos quando era o Álvaro Dias e isso, em hipótese alguma, vem em desmérito ou para desmerecer aqueles governadores anteriores.

Agora, este governador assumiu um compromisso, tenho certeza que ele vai cumprir o compromisso, por isso que estamos dispostos a votar hoje, amanhã, sábado, domingo, na segunda-feira, o dia que vier estamos aptos a votar, porque a Oposição muitas vezes poderia se limitar somente a criticar, a falar mal, mas estamos aqui exaltando uma mensagem que virá para a Assembléia Legislativa que vai valorizar esta Casa, os professores do Estado do Paraná e nós queremos votar. Não vai nenhuma crítica, mas queremos votar, porque isso é bom para os professores.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

V. Exa. terá oportunidade nesta legislatura de votar o melhor quadro de cargos e salários do Brasil para os professores do Paraná. Se esperaram por tantos anos serão beneficiados pela espera. A demora vai fazer com que aflore o melhor programa de cargos e salários para os nossos professores e V. Exa. e esta Casa votará com muito orgulho, como sempre temos votado.

Quando V. Exa. era líder do Governo e agora líder da Oposição, a transformação do Plenário em Comissão Geral sempre foi uma prática de todos os Governos, como as medidas provisórias editadas pelo Fernando Henrique são editadas pelo nosso grande presidente Lula.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado Durval Amaral, apenas a título de esclarecimento, quanto ao Plano de Cargos e Salários dos professores.

Ontem, o secretário da Educação esteve aqui na Assembléia a nosso convite. O Governo não tinha enviado oficialmente e demonstrou para os deputados que participaram da reunião - o convite foi aberto a todos os

riam colocadas neste projeto.

O secretário alertou a todos os deputados que depois dessa reunião estaria sendo iniciada uma reunião com a APP e que o ideal seria fazer uma simulação através da folha de pagamento dos computadores da Celepar em relação às tabelas do Plano de Cargos e Salários.

Nós temos um Plano de Cargos e Salários que tem uma ascensão horizontal e outra vertical com vários valores, diferenciamento e também graduação de gratificações de quinquênios que incidem sobre cada vencimento básico. Então, o secretário deixou claro que tinha uma projeção não fechada a respeito da tabela que poderia ser enviada aqui para a Assembléia. Tanto é assim que solicitou, se caso a mensagem fosse enviada para a Assembléia - o que se pretendia - que era preciso constar no corpo da lei que o impacto no conjunto do orçamento do Estado para o ano que vem deveria obedecer os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isto por quê? Porque o Governo nos alertava de que ao enviar para cá não tinha feito uma simulação do conjunto do impacto nas finanças do Estado e nós sabemos a ordem de grandeza que isso significa. Este ano V. Exa. já foi relator da Comissão de Orçamento e presidente da mesma e deve ter visto que nós estamos com o orçamento na área da educação na ordem de um bilhão, cento e oitenta e um milhões sendo realizado. Para o ano que vem está previsto um bilhão, duzentos e dezoito milhões de pessoal. Há custas na área desse orçamento que vão ser incorporadas na aquisição de ganho no novo Plano de Cargos e Salários.

Aqueles que não são mais CLT estão entrando agora para a carreira de estatutário e isso tem uma economia para o Estado, então agrega-se este valor neste conjunto de valores que serão despendidos para o novo plano de cargos e salários.

No entanto, essa discussão não ficou suficientemente clara nem para a APP, de quanto que seria o impacto em cada carreira e nem para o Governo.

Ao término da reunião ontem à noite, a decisão foi de que vamos retardar o envio do projeto para a Assembléia Legislativa e vamos enviar talvez ainda neste final de ano, a Celepar está fazendo agora o processamento do pagamento dos salários dos servidores públicos do Estado do Paraná, que vão receber agora no próximo dia 17; na semana passada fizemos o pagamento do 13º, então espera-se que no início de janeiro, na minha previsão, é de que o plano esteja aqui na Assembléia Legislativa.

Aquilo que noticiei para a imprensa, e digo isso ao presidente da Assembléia Legislativa: acho que é de interesse dos deputados estaduais do Paraná, do governo, que os professores do nosso Estado tenham a melhor condição de trabalho possível para que possam melhorar a qualidade do processo educacional do Estado do Paraná. E para isso, sabemos que tem que melhorar as condições de vida dos professores e isso é melhorar o salário; instituir um plano de cargos que vai valer para a vida inteira deles,

junto de normas que não apenas a ascensão dentro da escala horizontal ou da escala vertical.

Então, como é preciso ter um pouquinho de paciência, estaremos enviando esse projeto agora no começo do mês de janeiro.

E a minha sugestão é de que se o presidente da Assembléia e os senhores deputados, sem custo para o Estado, podemos ser convocados a qualquer momento no mês de janeiro, pode ser no dia 20, no dia 22, não precisamos fazer isso também porque podemos aprovar retroativamente ao mês de janeiro os benefícios que compõem o plano de cargos e salários, nós podemos aprovar.

Tenho certeza que os deputados todos vão seguir a orientação do presidente se ele convocar a Assembléia sem custo.

O governador do Estado do Paraná não pode fazê-lo, porque como prevê a Constituição do Estado do Paraná, o governador ao fazê-lo terá de pagar, a Assembléia será convocada com custas.

Então, como não desejamos isso, não vamos utilizar a aprovação do plano de cargos e salários como um alibi para que os deputados tenham um salário a mais. A sugestão em nome da liderança do Governo que eu faço é que o Presidente da Assembléia se achar necessário, quando essa mensagem for enviada, que o presidente notifique os 54 deputados e nós aqui em uma semana discutimos e aprovamos o Projeto de Plano de Cargos e Salários e depois retornamos ao nosso recesso constitucional. Sem ônus para que possamos corrigir esse pequeno problema técnico que houve em relação às tabelas.

Era esse esclarecimento que eu queria trazer a V. Exa.

O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço, deputado Vanhoni, só mais um esclarecimento se V. Exa. poder fazer. Acho que fica de bom tamanho a explicação, nós não mais cobraremos nas próximas sessões extraordinárias porque agora nós tivemos uma posição oficial.

Só temos uma dúvida ainda, com relação a esse requerimento de transformação do Plenário em Comissão Geral, que propõe o aumento dos Procuradores dos Secretários de Estado, subscrito pelo deputado Antonio Anibelli.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está prejudicado e vou informar oficialmente. Não vai ser votado esse projeto nessa Sessão legislativa.

O SR. DURVAL AMARAL

Muito obrigado, senhor presidente. Acho que isto - sem dúvida alguma, agradeço a esse esclarecimento que V. Exa. faz - vem de encontro aos interesses da sociedade. A Oposição incansavelmente condenou efetivamente esse reajuste salarial, até porque nas nossas contas aqui, de início era um projeto que equiparava os venci-

curador do Estado. Na sequência foi apresentado um novo projeto que possibilitava que um secretário de Estado ganhasse o vencimento básico, igual o que ganha o procurador classe 1, que é o procurador do mais alto nível, que daria nove mil e quatrocentos reais, mais 60% de gratificação, deputado Rossoni, que iria para quinze mil, cento e vinte e oito reais. A oposição levantou isso, denunciou, houve uma grande repercussão nos meios de comunicação e efetivamente muitos deputados da situação também demonstraram a mesma capacidade e a mesma indignação e isso seria uma temeridade votarmos neste período legislativo, até porque não estamos votando aumento salarial para outras carreiras do Estado.

Não estamos votando aumento salarial para os policiais militares, professores, policiais civis. Não estamos votando aumento salarial para o Quadro do Estado. Seria uma temeridade e até digo mais, é uma matéria de exclusiva competência do governo do Estado, é prerrogativa exclusiva dele. Quando se interpreta a Constituição Federal pelo artigo 29, quando fala que esta Assembléia Legislativa deve fixar a remuneração do governador, do vice-governador, dos deputados estaduais e dos secretários de Estado para o mandato seguinte, está justamente querendo o constituinte evitar que aleatoriamente possa se reajustar os salários, nos exercícios do mandato que estamos agora. É justamente para proteger. É de prerrogativa única e exclusiva do governador do Estado.

Parabéns aos deputados da base do governo que tiveram a sensibilidade de evitar essa votação que seria trágica para a Assembléia Legislativa e para todo o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu faço um apelo aos senhores parlamentares para que entremos em discussão, somente em matérias que estão na pauta.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2958

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 53 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 583/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/2003, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2004, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 583/2003

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Seção I

Das Disposições Comuns

para o exercício financeiro de 2004, compreendendo:

I - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

Seção II

Da Estimativa da Receita

Art. 2º - A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$14.775.866.310,00 (quatorze bilhões, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, trezentos e dez reais) e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, no valor de R\$1.014.044.480,00 (um bilhão, quatorze milhões, quarenta e quatro mil e quatrocentos e oitenta reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista.

Parágrafo Único - A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o artigo 35 da Lei Estadual nº 14.067, de 04 de julho de 2003 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

EM R\$1,00

1. RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO BRUTAS	R\$	12.253.679.210
1.1. RECEITAS CORRENTES	R\$	10.926.123.530
1.2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.327.555.680
2. RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO LÍQUIDAS	R\$	11.239.634.730
2.1. RECEITAS CORRENTES - BRUTA	R\$	10.926.123.530
2.2. DEDUÇÕES PARA O FUNDEF (-)	R\$	1.014.044.480
2.3. RECEITAS CORRENTES - LÍQUIDAS PARA A FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	9.598.567.850
2.4. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.327.555.680
3. RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL, FUNDOS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA DEPENDENTES (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO ESTADUAL)	R\$	1.582.394.100
3.1. RECEITAS CORRENTES	R\$	1.347.720.640
3.2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	234.673.460
4. RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, PARA O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO ESTADUAL).	R\$	939.793.000
4.1. RECEITAS CORRENTES	R\$	865.314.000
4.2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	74.479.000
5. TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	13.761.821.830
5.1. RECEITAS CORRENTES - BRUTA	R\$	13.139.158.170
5.2. DEDUÇÕES PARA O FUNDEF (-)	R\$	1.014.044.480
5.3. RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	12.125.113.690
5.4. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.636.708.140

os efeitos financeiros das propostas de alterações na legislação tributária e previdenciária, objetos de proposta de emenda constitucional em tramitação no Congresso Nacional.

§ 1º - Os ingressos foram estimados em R\$358.665.100,00 (trezentos e cinquenta e oito milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil e cem reais), sendo:

I - partilha da Contribuição sob Intervenção no Domínio Econômico (Cide); no valor de R\$93.782.000,00) noventa e três milhões, setecentos e oitenta e dois mil reais);

II - incremento do Fundo Orçamentário de que trata a Lei Complementar nº 115/02, no valor de R\$226.469.000,00 (duzentos e vinte e seis milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil reais);

III - instituição da cobrança de contribuição Previdenciária de Inativos e Pensionistas, no valor de R\$38.414.100,00 (trinta e oito milhões, quatrocentos e quatorze mil e cem reais).

§ 2º - As despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação são identificadas por fontes específicas nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

Seção III

Dos Orçamentos

Art. 4º - Os Orçamentos Fiscais e Próprio da Administração Indireta discriminados no Anexo III, estimam a receita líquida em R\$12.822.028.830,00 (doze bilhões, oitocentos e vinte e dois milhões, vinte e oito mil, oitocentos e trinta reais) e fixam a Despesa em igual valor.

Art. 5º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferências do Estado, está estimado em R\$1.138.105.220,00 (um bilhão, cento e trinta e oito milhões, cento e cinco mil, duzentos e vinte reais) com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei.

Art. 6º - Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

Art. 7º - As despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do Anexo III desta lei, especificadas pelas dotações: 3101.28844999.083 - Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 - Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

Art. 34 da Lei nº 14.067 de 4 de julho de 2003, consta do Anexo III desta lei, na dotação 2501.99999999.900 - Reserva de Contingência, no montante de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais).

Art. 9º - O Programa de Obras custeadas com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta lei.

Seção IV

Das Correções dos Orçamentos

Art. 10 - Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado estabelecido a preços de 30 de junho de 2003, poderão ser corrigidos antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2003, dando ciência prévia à Assembléia Legislativa, com a informação dos totais por Unidade Orçamentária e por Projetos/Atividades/Operações Especiais.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, à correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembléia Legislativa.

§ 1º - As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da receita de Arrecadação Própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º - No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por Unidade Orçamentária e por Projetos/Atividades/Operações Especiais.

Seção V

Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Grupo de Fontes, de Modalidade de Aplicação e Obras

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe, a:

I - abrir créditos adicionais para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o pagamento da Dívida Pública e com as Transferências Constitucionais aos municípios, utilizando como recurso às formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964;

(cinco por cento), por Projetos/Atividades das dotações previstas neste orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em Programas aprovados por esta lei, utilizando como recurso às formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43, da lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - abrir créditos adicionais, nos termos dos incisos I, II e III do parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para cumprimento de Acordos e Convênios, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados, nos casos em que houver limite de prazo para utilização e saque dos recursos financeiros tornados disponíveis, dando ciência à Assembléia Legislativa do Estado;

IV - abrir créditos adicionais até o limite de 9% (nove por cento), por Projetos/Atividades das dotações definidas neste Orçamento, utilizando como recursos às formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 45 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

V - proceder até o limite de 15% (quinze por cento) das dotações, por Projetos/Atividades definidos neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura dos créditos adicionais abertos com base nos itens I e IV deste artigo;

VI - alterar as Modalidades de Aplicação definidas neste Orçamento, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei.

VII - alterar o Programa de Obras, orçado nesta lei em nível de Projetos/Atividades Orçamentárias, até o limite de 15% (quinze por cento), custeados com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura de créditos adicionais com base nos itens I e IV deste artigo.

VIII - abrir créditos adicionais para proceder a ajustes de emendas, inclusive no Anexo de Obras e nos Grupos de Fontes, decorrentes de alterações formuladas pelos autores das mesmas;

IX - O Poder Executivo, após cumprida as disposições do inciso I atenderá ao disposto no Anexo VI, à razão de pelo menos 1/12 (um doze avos) ao mês.

Art. 13 - O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado até o quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo anterior.

nar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo Estado de Santa Catarina e pelos municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador. A destinação dos recursos, através da abertura de créditos adicionais, dependerá de aprovação específica da Assembléia Legislativa.

Art. 15 - Ficam os Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público autorizados a procederem a ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Seção VI

Das Centralizações de Recursos

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1.987, bem como proceder as suas eventuais descentralizações.

Seção VII

Da Execução e Manutenção do Equilíbrio Orçamentário

Art. 17 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, sendo vedada à aplicação do artigo 78, parágrafo segundo dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta lei, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Seção VIII

Das Disposições Gerais

Art. 18 - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesa especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no artigo 8º desta lei.

Art. 19 - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei.

ceder às alterações orçamentárias no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, decorrentes da transformação das Empresas Dependentes em não Dependentes, dando ciência ao Poder Legislativo.

Art. 21 - Fica excluído da base de cálculo utilizada no demonstrativo das Vinculações Constitucionais da Saúde, os recursos alocados nos Projetos Atividades nº 2402 vinculados à Secretaria de Administração e Previdência, e nº 2405 vinculados à Secretaria de Meio Ambiente/Suderhsa.

Art. 22 - Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2004, o valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para a Região Metropolitana de Londrina e R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para Região Metropolitana de Maringá, nos termos do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964.

Art. 23 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para o Programa de Distribuição de Calcáreo dotação 20601101.862, utilizando como recursos o remanejamento interno do mesmo projeto sem alterar-lhe o valor de previsão inicial.

Art. 24 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para atender a população de baixa renda no acesso à habilitação profissional gratuita na ação Mutirão pela Vida do Programa Segurança Cidadã - dotação 06181191.281, utilizando como recursos o superávit financeiro apurado em exercício anterior pelo Detran e/ou Funrestran, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 43 da lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 25 - Adicionar ao programa de trabalho da Assembléia Legislativa do Paraná, utilizando como recursos o remanejamento da dotação - 01031272.00, meta destinada a:

Implantar, estruturar e promover o quadro de servidores (projeto) - Quantidade 01.

Art. 26 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na atividade "Promoção e Execução de Políticas Agrícolas" para dar continuidade à instalação de matadouros mediante auxílio aos municípios, na dotação - 20601102.338, utilizando como recursos o excesso de arrecadação verificado no Grupo de Fontes 01, nos termos do parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

zando como recursos o remanejamento da dotação - 19572022.854, meta destinada a:

Realizar serviços de análise laboratorial em produtos agropecuários (projeto) - Quantidade 01.

Art. 28 - Adicionar ao programa de trabalho da Assembléia Legislativa do Paraná, utilizando o remanejamento da dotação - 01031272.00 meta destinada a:

Promover ações de assistência médica e previdenciária aos agentes políticos e servidores (projeto) - Quantidade 02.

Art. 29 - Adicionar ao programa de trabalho da Assembléia Legislativa do Paraná, utilizando como recursos o remanejamento da dotação - 01031272.00, meta destinada a:

Realizar ações de responsabilidade social promovidas pelo Poder Legislativo, nos termos da legislação aplicada (ação) - Quantidade 01.

Art. 30 - Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias à implantação de Campus Universitário da Unicentro no município de Laranjeiras do Sul, dando ciência à Assembléia Legislativa.

Art. 31 - Fica o Poder Executivo autorizado a implementar as medidas necessárias para consignar no orçamento de 2004 o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, criado pela Lei nº 14.324, de 26 de novembro de 2003.

Art. 32 - O Poder Executivo promoverá fóruns de debates voltados a discussão sobre a aplicação de recursos do Tesouro Estadual, em ações e serviços de saúde, notadamente, sua adequação aos preceitos da Emenda Constitucional nº 29/2000.

Art. 33 - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer os ajustes necessários e tomar as providências legais junto às Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Estado da Fazenda, e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para o cumprimento do Decreto nº 1.952, de 24 de outubro de 2003.

Art. 34 - Fica o Poder Executivo autorizado a recompor, nos termos da proposta original, as dotações que servirão de recursos para atender as proposições parlamentares, dispostas no anexo VI, até o limite destas, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, dando ciência à Assembléia Legislativa, vedada a utilização dos recursos dispostos no Anexo VI desta lei.

Art. 35 - Passam a fazer parte integrante da presente lei, os anexos VI, VII e VIII, devendo o Poder Exe-

de 30 (trinta) dias, a partir da publicação da presente lei.

Art. 36 - Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2004, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.12.2003.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 584/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/2003. Plano plurianual para o exercício de 2004 a 2007. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 584/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007, conforme apêndices 1 e 2, integrantes desta lei, elaborados em consonância com as determinações constitucionais, contendo as diretrizes e prioridades para o quadriênio.

Art. 2º - O Plano poderá ser revisto mediante projeto de lei específico.

Art. 3º - Os procedimentos orçamentários anuais constituem reavaliações automáticas do Plano, consoante disposto no artigo 133, parágrafo 3º, inciso VI, da Constituição Estadual.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo obrigado a reduzir, na proporção de 1/3 (um terço) ao ano, os recursos vinculados ao Programa de Saneamento Ambiental - Paranasan/JBIC/Sanepar, da base de cálculo dos gastos com saúde do ano de 2004, para os exercícios de 2005, 2006 e 2007.

Art. 5º - Passa a integrar a presente lei, o anexo I, relativo às proposições acolhidas por emendas do Poder Legislativo, devendo o Poder Executivo proceder às alterações delas decorrentes, no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação da presente lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2004, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.12.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 666/2003, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, conforme especifica. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 666/2003, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciário do Estado do Paraná, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 666/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência dos tribunais, juízes e serviços auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.

§ 1º - São regentes do presente Código, dentre outros, os seguintes princípios constitucionais:

- I - legalidade;
- II - impessoalidade;
- III - moralidade;
- IV - publicidade;
- V - eficiência.

§ 2º - Além dos princípios referidos no parágrafo anterior, também se aplicam à presente lei, os seguintes:

- I - probidade;
- II - motivação;
- III - finalidade;
- IV - razoabilidade;
- V - proporcionalidade;
- VI - contraditório.

§ 3º - Na constituição e alteração das atribuições e competências dos tribunais, juízes e serviços auxiliares, deverão ser observados, além dos princípios previstos nos parágrafos anteriores, os critérios de democratização da gestão e do acesso à Justiça, qualificação permanente, efetividade e celeridade.

§ 4º - Os aludidos princípios e critérios são condições de aplicação e hermenêutica, vedada a sua afastabilidade, sob pena de nulidade absoluta, decretável de ofício.

§ 5º - Ficam estatizadas as escritanias de foro judicial, inclusive as criadas por esta lei, respeitados os direitos dos atuais titulares.

ponibilidades financeiras e orçamentárias, encaminhará mensagem à Assembléia Legislativa, dispondo sobre o Quadro de Servidores e respectivos vencimentos, para cumprimento do disposto no parágrafo anterior.

§ 7º - A administração da Justiça é exercida pelo Poder Judiciário.

LIVRO I

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

TÍTULO I

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Capítulo Único

Órgãos do Poder Judiciário

Art. 2º - São órgãos do Poder Judiciário do Estado:

I - o Tribunal de Justiça;

II - o Tribunal de Alçada;

III - os Tribunais do Júri;

IV - os juízes de Direito;

V - os juízes de Direito substitutos de entrância final;

VI - os juízes substitutos;

VII - os Juizados Especiais;

VIII - os juízes de Paz.

Parágrafo Único - Para executar decisões ou diligências que ordenarem, poderão os tribunais e juízes requisitar o auxílio da força pública.

Art. 3º - É vedada a convocação ou a designação de juiz de primeiro grau para exercer cargo ou função nos tribunais, ressalvada a substituição ocasional de seus integrantes e o auxílio direto ao presidente do Tribunal de Justiça, vice-presidente e corregedor-geral da Justiça, em matéria administrativa, jurisdicional e correicional, pelo prazo de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 1º - O presidente do Tribunal de Justiça poderá designar juízes de Direito da comarca da Região Metropolitana de Curitiba para atuarem junto aos órgãos superiores do Tribunal de Justiça, nos termos do *caput* deste artigo.

§ 2º - As designações a que se refere o parágrafo anterior não implicarão nenhuma vantagem pecuniária aos juízes designados, salvo o ressarcimento de despesas de transporte e o pagamento de diárias, sempre que estes tiverem que se deslocar da sede.

TÍTULO II

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Capítulo I

Composição

Art. 4º - O Tribunal de Justiça, órgão máximo do Poder Judiciário estadual, composto por cinquenta (50)

todo o território do Estado.

Art. 5º - Os juízes do Tribunal de Alçada serão promovidos ao cargo de desembargador pelo presidente do Tribunal de Justiça nas vagas correspondentes à respectiva classe, por antigüidade e merecimento, alternadamente, observado o disposto no artigo 6º deste Código.

§ 1º - No caso de antigüidade apurada no Tribunal de Alçada, o Tribunal de Justiça poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto de dois terços (2/3) de seus membros, motivadamente, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.

§ 2º - Tratando-se de vaga a ser provida pelo critério de merecimento, a promoção recairá no juiz que for incluído na lista tríplice organizada pelo Tribunal de Justiça e com o maior número de votos, sem prejuízo dos remanescentes mantidos em lista e observado o disposto no artigo 93, II, letras "a" e "b", da Constituição Federal.

Art. 6º - Um quinto (1/5) dos lugares no Tribunal de Justiça destinar-se-á aos membros do Ministério Público e advogados para promoções alternadas e em estrita observância ao disposto nos parágrafos seguintes.

§ 1º - Os lugares reservados a membros do Ministério Público e a advogados serão preenchidos por juízes integrantes do quinto constitucional do Tribunal de Alçada, promovidos nas vagas respectivas pelos critérios de antigüidade e de merecimento, sempre obedecida a classe de origem.

§ 2º - Sendo ímpar o número de vagas destinadas ao quinto constitucional, uma delas será alternada e sucessivamente destinada aos membros do Ministério Público e advogados, de tal forma que, também sucessiva e alternadamente, os representantes de uma dessas classes superem os da outra em uma unidade.

§ 3º - Quando resultar em fração o número de vagas destinadas ao quinto constitucional, corresponderá ao número inteiro seguinte.

Art. 7º - Verificada vaga de desembargador, o presidente do Tribunal de Justiça convocará o Tribunal Pleno para o preenchimento do respectivo cargo.

Capítulo II

Funcionamento

Art. 8º - O Tribunal de Justiça é dirigido pelo presidente, pelos vice-presidentes, corregedor-geral da Justiça e corregedor adjunto.

§ 1º - O Tribunal de Justiça, em sessão plenária e pela maioria de seus membros, bem como por votação secreta, elegerá, entre os mais antigos que tenham manifestado a intenção de concorrer, os titulares daqueles cargos de direção, com mandato de dois (2) anos, proibida a reeleição.

tiver exercido o cargo de presidente ou quaisquer outros cargos de direção, pelo período de quatro (4) anos, até que se esgotem todos os nomes na ordem de antigüidade, salvo quando houver recusa manifestada por um elegível e aceita antes da eleição.

§ 3º - O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos desembargadores eleitos para qualquer dos cargos da cúpula diretiva, com a finalidade de completar período de mandato inferior a um (1) ano.

Art. 9º - Vagando a Presidência, o 1º vice-presidente a exercerá pelo período restante, se inferior a seis (6) meses.

§ 1º - Caracterizada a hipótese supra, tratando-se da 1ª Vice-Presidência ou da Corregedoria-Geral da Justiça, o cargo será exercido, respectivamente, pelo 2º vice-presidente e pelo corregedor adjunto, para período restante, quando inferior a seis (6) meses.

§ 2º - Se, entretanto, a vacância de quaisquer cargos descritos se der em razão de o eleito não ter assumido o correspondente cargo diretivo na oportunidade prevista pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça, nova eleição deverá ser realizada, para o preenchimento daquela função, observando-se o que dispuserem as normas regimentais.

Art. 10 - O Tribunal de Justiça funcionará em Tribunal Pleno, Órgão Especial, Conselho da Magistratura e em órgãos fracionários, na forma que dispuser o Regimento Interno.

Parágrafo Único - O presidente, os vice-presidentes, o corregedor-geral da Justiça e o corregedor adjunto não integrarão Câmaras ou Grupos de Câmaras.

Art. 11 - O Tribunal de Justiça constituirá comissões internas, permanentes ou não, cuja composição, atribuições e funcionamento serão disciplinados no Regimento Interno.

Capítulo III

Tribunal Pleno e Órgão Especial

Art. 12 - O Tribunal Pleno e o Órgão Especial terão sua competência estabelecida no Regimento Interno.

Capítulo IV

Conselho da Magistratura

Art. 13 - O Conselho da Magistratura, do qual são membros natos o presidente do Tribunal de Justiça, o vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça, compõe-se de mais quatro (4) desembargadores eleitos.

§ 1º - A eleição será realizada na mesma sessão em que for eleito o corpo diretivo do Tribunal de Justiça, com mandato coincidente com o deste.

buições estabelecidas no Regimento Interno.

Capítulo V

Corregedoria-Geral da Justiça

Art. 14 - A Corregedoria-Geral da Justiça, que tem como incumbência a inspeção permanente dos magistrados, das serventias do foro judicial e dos serviços do foro extrajudicial, terá sua competência e atribuições estabelecidas no Regimento Interno.

TÍTULO III

ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIA DOS DIRIGENTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Capítulo I

Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes do Tribunal

Art. 15 - O presidente, o 1º e o 2º vice-presidentes do Tribunal terão sua competência e atribuições estabelecidas no Regimento Interno.

Capítulo II

Corregedor-Geral da Justiça e Corregedor Adjunto

Art. 16 - O corregedor-geral da Justiça, além de realizar inspeções e correições permanentes nos serviços judiciários, terá sua competência e atribuições estabelecidas no Regimento Interno.

Parágrafo Único - O corregedor adjunto terá sua competência e atribuições estabelecidas no Regimento Interno.

TÍTULO IV

TRIBUNAL DE ALÇADA

Capítulo I

Composição

Art. 17 - O Tribunal de Alçada, composto por setenta (70) juizes, tem sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado.

Art. 18 - Os cargos de juizes do Tribunal de Alçada destinados aos magistrados de carreira, serão providos por ato do presidente do Tribunal de Justiça, observados, alternadamente, os critérios de antigüidade e de merecimento, este último mediante lista tríplice organizada pelo Órgão Especial, entre os juizes de entrância final que integram a quinta parte da lista de antigüidade.

Art. 19 - Um quinto dos lugares do Tribunal de Alçada será composto por membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira e por advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção

e com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.

§ 1º - Sendo ímpar o número de vagas destinadas ao quinto constitucional, uma delas será, alternada e sucessivamente, preenchida por membro do Ministério Público e por advogado, de tal forma que, também sucessiva e alternadamente, os representantes de uma dessas classes superem os da outra em uma unidade.

§ 2º - Quando resultar em fração o número de vagas destinada ao quinto constitucional, corresponderá ela ao número inteiro seguinte.

Capítulo II

Organização e Funcionamento

Art. 20 - O Tribunal de Alçada é dirigido por um presidente e um vice-presidente.

Parágrafo Único - Aplica-se ao Tribunal de Alçada, no que couber, o disposto nos artigos 8º e parágrafos, 9º e parágrafos, 10 e parágrafo único e artigo 11 deste Código.

Capítulo III

Competência

Art. 21 - A competência do Tribunal de Alçada é a estabelecida pela Constituição Estadual, e a de seus órgãos, pelo Regimento Interno.

Art. 22 - Nos casos de conexão ou continência entre ações cíveis de competência do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, prorrogar-se-á a do primeiro.

§ 1º - Em matéria penal, quando houver desclassificação para crime de competência do Tribunal de Alçada e a acusação não interpuser recurso, o feito será julgado por este.

§ 2º - Na determinação da competência penal, para efeito de recurso, sempre que houver conexão, prevalecerá a decorrente da infração a que for cominada a pena mais grave.

Art. 23 - O Tribunal de Alçada funcionará em Tribunal Pleno, Órgão Especial e em órgãos fracionários, na forma que dispuser o seu Regimento Interno.

Art. 24 - O Tribunal de Alçada não tem ação disciplinar sobre os seus juízes; a ele cumpre, todavia, comunicar ao presidente do Tribunal de Justiça as faltas constatadas.

LIVRO II

MAGISTRADOS

TÍTULO I

MAGISTRADOS DE PRIMEIRO GRAU

Capítulo Único

Constituição

Art. 25 - A magistratura de primeiro grau de jurisdição é constituída de:

II - juiz de direito de entrância inicial;

III - juiz de direito de entrância intermediária;

IV - juiz de direito de entrância final, titular de vara ou substituto de primeiro e segundo graus.

§ 1º - São juízes substitutos os de início de carreira, para substituição nas entrâncias inicial e intermediária com sede na comarca que encabeçar a respectiva seção, nomeados mediante concurso, nos termos dos artigos 28 a 32, e com competência definida no artigo 33 deste Código.

§ 2º - São juízes de direito substitutos de primeiro grau os de entrância final, quando não-titulares de varas, para substituição nas comarcas dessa categoria sediadas na Região Metropolitana de Curitiba, em Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel e Guarapuava, promovidos entre os de entrância intermediária ou removidos de uma para outra das comarcas de entrância final.

§ 3º - São juízes de direito substitutos de segundo grau os classificados na entrância final, com preenchimento do cargo mediante remoção, observados, alternadamente, os critérios de antigüidade e de merecimento.

§ 4º - Os juízes de direito substitutos de segundo grau, durante a substituição, terão a mesma competência dos membros dos Tribunais de Justiça e de Alçada, exceto em matéria administrativa, ficando vinculados aos feitos em que tenham lançado visto como relator ou revisor, e, ainda, se tiverem solicitado vista ou proferido voto, hipótese em que continuarão no julgamento.

§ 5º - Caberá ao presidente do Tribunal de Justiça a designação dos juízes de Direito substitutos de segundo grau, e a formulação da respectiva solicitação será feita, quando for o caso, pelo presidente do Tribunal de Alçada.

§ 6º - Em regime de exceção, decorrente do acúmulo de processos, os juízes de Direito substitutos de segundo grau poderão ser designados para auxiliar nos Tribunais de Justiça e de Alçada, caso em que atuarão exclusivamente nos processos acumulados, constantes de relação especificada.

Art. 26 - No Tribunal de Justiça, vago o cargo de desembargador ou afastado o titular por trinta (30) dias ou mais, far-se-á a convocação de juiz do Tribunal de Alçada ou juiz de Direito substituto de segundo grau. No Tribunal de Alçada, a substituição será feita por juiz de direito substituto de segundo grau.

Art. 27 - Antes de decorrido o biênio do estágio probatório e desde que indicada pelo Conselho da Magistratura a aplicação da pena de demissão, o juiz substituto e o juiz de Direito, quando for o caso, ficarão automaticamente afastados das respectivas funções, com perda do direito à vitaliciedade, ainda que a aplicação da pena ocorra após o decurso daquele prazo.

JUÍZES SUBSTITUTOS

Capítulo I

Nomeação

Art. 28 - O ingresso na carreira da magistratura, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos, este com prazo de validade de até dois (2) anos, prorrogável uma única vez e, no máximo, por igual período.

Art. 29 - O concurso, salvo outra forma de realização estabelecida pelo Órgão Especial, será prestado perante comissão examinadora integrada pelo presidente do Tribunal de Justiça, pelo corregedor-geral da Justiça, por um representante da Ordem dos Advogados do Brasil e por desembargadores indicados pelo Órgão Especial.

Parágrafo Único - Para inscrever-se no concurso, o interessado deverá preencher, na data da inscrição, os seguintes requisitos:

I - ser brasileiro;

II - estar em pleno exercício dos direitos civis e políticos e quite com as obrigações eleitoral e militar;

III - ser bacharel em Direito;

IV - gozar de boa saúde física e mental e não apresentar deficiência que o incapacite ao exercício da magistratura;

V - não possuir antecedentes criminais, nem ter sofrido penalidade no exercício de cargo público ou de atividade profissional.

Art. 30 - No pedido de inscrição, deverá o candidato indicar todos os cargos ou atividades que tiver exercido profissionalmente.

Art. 31 - O Tribunal de Justiça, mediante convênio com a Associação dos Magistrados do Paraná e com a Escola da Magistratura, às quais repassará os necessários recursos financeiros, organizará cursos permanentes voltados tanto à preparação para ingresso na magistratura quanto ao aperfeiçoamento de magistrados.

Parágrafo Único - No concurso público referido no artigo 28, será atribuído valor relevante à conclusão do curso de preparação ministrado pela Escola da Magistratura do Paraná.

Art. 32 - O Regimento Interno do Tribunal de Justiça disciplinará a forma e as condições do concurso, cabendo ao Conselho da Magistratura elaborar o seu regulamento.

Parágrafo Único - Serão indicados para nomeação os candidatos correspondentes ao número de vagas, respeitados a ordem de classificação e o prazo de validade do concurso.

Capítulo II

Competência

Art. 33 - O juiz substituto, quando no exercício de substituição, ou designado para auxiliar os juízes de

seções judiciárias, terá a mesma competência destes.

Parágrafo Único - Caberá ao substituto, na ausência, mesmo eventual, do juiz titular, decidir os pedidos cíveis e criminais de natureza urgente e comunicar, incontinenti, o fato ao corregedor-geral da Justiça.

TÍTULO III JUÍZES DE DIREITO

Capítulo Único

Competência

Art. 34 - Salvo disposições em contrário, compete ao juiz de Direito, em primeiro grau de jurisdição, o exercício de toda a jurisdição.

§ 1º - O Tribunal de Justiça, por ato de seu presidente, poderá designar juízes de Direito de entrância final para conhecer e julgar conflitos fundiários, no âmbito de todo o Estado, atribuindo-lhes competência exclusiva.

§ 2º - Cumpre ao juiz defender, pelas vias regulares de direito, a sua competência.

Art. 35 - Nas comarcas onde houver mais de um Juízo, proceder-se-á à distribuição dos feitos.

Art. 36 - O presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o corregedor-geral da Justiça, poderá designar juízes de Direito de primeiro grau de jurisdição para proferir sentenças em outros Juízos.

Art. 37 - Nas comarcas de entrância final, a direção do Fórum será exercida por um dos juízes titulares pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sob indicação do órgão especial e designação do presidente do Tribunal de Justiça.

§ 1º - Nas comarcas do interior do Estado, a direção do Fórum será exercida por um dos juízes titulares, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, mediante sucessão automática e obedecendo-se à ordem de antiguidade na comarca.

§ 2º - As substituições eventuais do juiz de Direito diretor do Fórum serão exercidas pelo juiz de Direito mais antigo na comarca independentemente de designação.

Art. 38 - Nas comarcas de entrância inicial ou naquelas de Juízo único a direção de Fórum será exercida pelo juiz titular.

Art. 39 - A substituição eventual do juiz de Direito diretor de Fórum será exercida pelo juiz de Direito mais antigo na comarca, independentemente de designação.

Art. 40 - O juiz substituto responderá pela direção de Fórum sempre que na comarca não se encontrar em

o disposto na parte final do artigo anterior.

Art. 41 - As atribuições do juiz de Direito diretor de Fórum serão definidas pelo Conselho da Magistratura.

TÍTULO IV

CONSELHO DE JUSTIÇA E AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR

Capítulo I

Composição e Funcionamento

Art. 42 - A Justiça Militar será exercida:

I - pelo Conselho de Justiça Militar e pelo juiz de Direito da Vara da Auditoria da Justiça Militar, com jurisdição em todo o Estado;

II - pelo Tribunal de Justiça, em segundo grau de jurisdição.

Art. 43 - O Juízo da Vara da Auditoria da Justiça Militar será exercido por juiz de Direito de entrância final.

Art. 44 - A Auditoria da Justiça Militar compor-se-á de um juiz de Direito, um escrivão e um oficial de Justiça.

Parágrafo Único - Para os cargos de escrivão e de oficial de Justiça, o juiz auditor requisitará um oficial subalterno e um praça da corporação, respectivamente.

Art. 45 - Na composição do Conselho de Justiça Militar, observar-se-á, no que for aplicável, o disposto na legislação da Justiça Militar.

Art. 46 - Em seus eventuais impedimentos ou ausências, o juiz da Vara da Auditoria da Justiça Militar será substituído por juiz de Direito substituto designado pelo presidente do Tribunal de Justiça.

Capítulo II

Competência

Art. 47 - Compete à Justiça Militar de primeiro grau o processo e julgamento dos crimes militares praticados por oficiais e praças da Polícia Militar do Estado, bem como de outros assim definidos em lei, regulando-se sua competência pelas normas legais pertinentes.

TÍTULO V

TRIBUNAL DO JÚRI

Capítulo I

Composição e Funcionamento

Art. 48 - O Tribunal do Júri, instalado nas sedes das comarcas, obedecerá, em sua composição e funcionamento, às normas do Código de Processo Penal.

mensais, devendo instalar-se mediante convocação do juiz presidente.

§ 1º - Será dispensada a convocação das reuniões quando não houver processo preparado para julgamento.

§ 2º - O presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar, sempre que o exigir o interesse da Justiça, reunião extraordinária do Tribunal do Júri em qualquer comarca.

Capítulo II

Atribuições e Competência

Art. 50 - Compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e dos que lhe forem conexos, consumados ou tentados.

§ 1º - Aos Juízos das Varas do Tribunal do Júri compete a organização e presidência deste e a instrução e julgamento de todos os processos de sua competência.

§ 2º - No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a competência será definida por distribuição entre as varas privativas dos Tribunais do Júri.

Art. 51 - Nas comarcas que não contarem com vara privativa do júri, mas que tenham mais de uma vara criminal, os processos relativos a crimes dolosos contra a vida a que se refere o *caput* do artigo anterior serão distribuídos entre essas varas e ali processados até a fase dos artigos 408 a 411 do Código de Processo Penal.

§ 1º - O réu será submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, presidido pelo juiz da 1ª Vara Criminal, para onde serão remetidos os autos.

§ 2º - A cada julgamento realizado pelo Tribunal do Júri, a respectiva vara receberá um processo a menos na distribuição.

Art. 52 - No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, cada Tribunal do Júri contará com dois magistrados, sendo um deles juiz sumariante, e o outro, juiz presidente.

Art. 53 - Competirá ao juiz sumariante:

I – receber ou rejeitar a denúncia;

II - presidir a instrução, proferir sentença e processar o eventual recurso que for interposto.

Parágrafo Único - Ficarà preventa a competência do juiz sumariante na hipótese de desclassificação, salvo se operada pelo Tribunal do Júri.

Art. 54 - Ao juiz presidente competirá:

I – receber o libelo;

II - preparar o processo para julgamento;

III - presidir a sessão de julgamento e proferir sentença;

IV - processar os recursos interpostos contra decisões que proferir;

mente;

VI - fazer o sorteio e a convocação dos vinte e um (21) jurados componentes do júri para a sessão.

Art. 55 - Ao juiz sumariante e ao juiz presidente, nas respectivas fases do processo em que exerceram a competência funcional, caberá decretar, relaxar ou regular a prisão do réu, bem como conceder-lhe liberdade provisória.

Parágrafo Único - Nos impedimentos e ausências justificadas, os juízes sumariante e presidente substituir-se-ão reciprocamente sempre que não houver incompatibilidade ao desenvolvimento de suas específicas funções, independentemente de designação.

TÍTULO VI

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS

Capítulo I

Estrutura do Sistema

Art. 56 - Integram o Sistema dos Juizados Especiais:

I - o Conselho de Supervisão;

II - as Turmas Recursais;

III - os Juizados Especiais Cíveis;

IV - os Juizados Especiais Criminais.

Capítulo II

Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais

Art. 57 - Compõem o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais:

I - o presidente do Tribunal de Justiça;

II - o vice-presidente do Tribunal de Justiça;

III - o corregedor-geral da Justiça;

IV - um juiz diretor dos Juizados Especiais da Capital;

V - um juiz supervisor dos Juizados Especiais de uma das comarcas de entrância final do interior;

VI - um juiz presidente de Turma Recursal.

Parágrafo Único - Os juízes a que se referem os incisos IV, V e VI serão indicados pelo Conselho da Magistratura.

Art. 58 - Ao Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais compete:

I - elaborar o seu Regimento Interno;

II - propor ao presidente do Tribunal de Justiça a designação de juízes leigos e de conciliadores;

III - expedir editais de concurso e homologar concurso para provimento de cargos para a estrutura administrativa e de apoio dos Juizados Especiais;

IV - referendar portarias de designação de juízes togados para compor as Turmas Recursais;

contra o resultado de concursos levados a efeito no âmbito dos Juizados Especiais;

VI - aprovar, anualmente, o relatório de atividades elaborado pela Supervisão-Geral dos Juizados Especiais no âmbito do Estado;

VII - referendar ou alterar, por proposta da Supervisão-Geral, a designação de substituto aos servidores da Justiça no âmbito dos Juizados Especiais, no caso de vacância, licença ou férias;

VIII - regulamentar procedimentos;

IX - receber reclamações e sugestões;

X - decretar regime de exceção nos Juizados Especiais, mediante proposição do supervisor do Sistema;

XI - organizar cursos de preparação e aperfeiçoamento para juízes togados e leigos, conciliadores e servidores;

XII - promover encontros para acompanhamento, orientação e avaliação das atividades dos Juizados Especiais;

XIII - planejar e supervisionar, no plano administrativo, a instalação e funcionamento dos Juizados Especiais, sem prejuízo da competência da Corregedoria-Geral da Justiça;

XIV - exercer outras atribuições definidas em lei.

Art. 59 - A Supervisão-Geral do Sistema dos Juizados Especiais no Estado competirá ao presidente do Tribunal de Justiça, que poderá delegá-la a um dos vice-presidentes.

Capítulo III

Turmas Recursais

Art. 60 - As Turmas Recursais serão compostas de quatro (4) juízes togados, de primeiro grau de jurisdição, designados por ato do presidente do Tribunal de Justiça, sendo sua atuação provisória e exclusiva.

§ 1º - O presidente do Tribunal de Justiça, após parecer do Conselho de Supervisão, poderá criar tantas Turmas Recursais quantas forem necessárias e disporá, no ato da criação, a respeito de sua sede e competência territorial.

§ 2º - Compete à Turma Recursal processar e julgar os recursos interpostos contra decisões dos Juizados Especiais, bem como os embargos de declaração de suas próprias decisões.

§ 3º - A Turma Recursal é igualmente competente para processar e julgar os mandados de segurança e os *habeas corpus* impetrados contra atos dos juízes de Direito dos Juizados Especiais.

§ 4º - A Turma Recursal será presidida pelo juiz mais antigo entre os seus componentes.

§ 5º - Nos impedimentos e ausências, o presidente será automaticamente substituído pelo membro mais antigo.

quer dos membros integrantes da Turma, não haverá redistribuição de processos.

§ 7º - As funções administrativas e de chefia serão exercidas por secretário.

§ 8º - As demais normas de organização e funcionamento das Turmas Recursais serão objeto de resolução do Conselho de Supervisão.

Capítulo IV

Juizados Especiais e Suas Unidades Jurisdicionais

Art. 61 - Os Juizados Especiais, divididos por secretarias, constituem unidades jurisdicionais compostas por juízes de primeiro grau.

Art. 62 - Em cada unidade jurisdicional, o juiz de Direito poderá contar com o auxílio de juízes leigos e conciliadores, cujas atividades são consideradas como de serviço público relevante, podendo a estes ser atribuído valor pecuniário referente a prestação de serviços, o que, em nenhuma hipótese, importará em vínculo empregatício com o Poder Judiciário.

§ 1º - O presidente do Tribunal de Justiça, depois de ouvido o Conselho de Supervisão, poderá, conforme as disponibilidades orçamentárias, limitar o número de conciliadores e juízes leigos, bem como corrigir os valores pelos serviços por eles prestados.

§ 2º - Os pagamentos dos valores pecuniários por serviços prestados pelos juízes leigos e conciliadores não terão efeito retroativo e serão regulamentados por resolução do Conselho de Supervisão, ao que se dará ampla publicidade.

§ 3º - As despesas decorrentes dos valores pecuniários pagos pelos serviços prestados pelos juízes leigos e conciliadores correrão à conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário, suplementada, se necessário, observado o limite financeiro imposto pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 63 - As unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que funcionarão em todas as comarcas, contarão com a estrutura prevista no anexo VII.

§ 1º - Nas comarcas onde não existirem cargos próprios dos Juizados Especiais, o presidente do Tribunal de Justiça, mediante proposta do juiz de Direito, poderá designar servidores para cumprirem as funções nas respectivas unidades jurisdicionais.

§ 2º - O cargo de secretário é privativo de bacharel em Direito, sendo-lhe assegurado o direito à percepção de gratificação de risco de vida.

§ 3º - Para o cargo de oficial de Justiça é necessário ser bacharel de Direito, sendo que para os cargos de auxiliar de Cartório e auxiliar administrativo, será exigida escolaridade correspondente ao ensino médio completo.

Juizados Especiais poderá ser atribuída ajuda de custo para transporte, a ser regulamentada por resolução do Conselho de Supervisão.

Art. 64 - Às unidades dos Juizados Especiais Cíveis compete, por distribuição, a conciliação, processamento, julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade, assim definidas nos termos da lei. Às unidades dos Juizados Especiais Criminais compete, por distribuição, a conciliação, processo, julgamento e a execução de seus julgados, proferidos em processos relativos a infrações penais de menor potencial ofensivo, nos termos da lei, ressalvados o disposto no artigo 74 da Lei Federal 9099/95 e os casos de competência exclusiva da Vara de Execuções Penais e da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas, respectivamente.

Art. 65 - Nas comarcas de entrância intermediária com mais de uma vara, a competência prevista neste título será fixada por resolução do Conselho de Supervisão.

§ 1º - Nas comarcas de entrância intermediária de Juízo único e nas de entrância inicial, a competência do Juízo será plena e concomitante.

§ 2º - Em casos excepcionais, o Conselho de Supervisão poderá dispor de maneira diversa.

Capítulo V

Funcionamento dos Juizados Especiais

Art. 66 - Os Juizados Especiais poderão funcionar descentralizadamente, em unidades a serem instaladas em Distritos Judiciários que compõem as comarcas, bem como nos bairros do município-sede, inclusive de forma itinerante em áreas de elevada densidade populacional, para maior comodidade e presteza no atendimento ao jurisdicionado.

§ 1º - A instalação de unidades fixas descentralizadas dependerá de prévia aprovação do presidente do Tribunal de Justiça, mediante requerimento fundamentado do Supervisor do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

§ 2º - As unidades centrais já instaladas poderão ser objeto de descentralização, cuja iniciativa caberá ao supervisor do Sistema.

§ 3º - Aos juízes de Direito e servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça que funcionarem perante as unidades avançadas poderá ser atribuída ajuda de custo para transporte, a ser regulamentada por resolução do Conselho de Supervisão, observado o limite financeiro imposto pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 67 - Sem prejuízo do cumprimento do horário de expediente para os ofícios de justiça do foro judicial,

Especiais poderão funcionar em horário noturno, atendidas as necessidades do serviço e as peculiaridades de cada comarca.

§ 1º - Aos servidores efetivos do Poder Judiciário poderá ser atribuída gratificação pela prestação de serviços noturnos junto aos Juizados Especiais.

§ 2º - Considera-se serviço noturno, para efeitos de gratificação, aquele realizado fora do horário normal do expediente forense.

§ 3º - Os critérios para concessão e implantação da gratificação serão regulamentados por resolução do Conselho de Supervisão.

§ 4º - A gratificação a que se refere o parágrafo primeiro não poderá, a qualquer título, ser cumulada com os valores recebidos pelos juízes leigos e conciliadores.

Art. 68 - Os processos e atos relativos aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais estão sujeitos à distribuição, observando-se para tanto o contido nos artigos 4º, 6º, 16, 76 e parágrafos e 84, parágrafo único, da Lei Federal 9099/95, além das disposições do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, no que for pertinente.

Parágrafo Único - O Conselho de Supervisão baixará instruções relativamente à forma de distribuição dos feitos cíveis e criminais, no prazo de até noventa (90) dias, contados da vigência desta Lei, observando-se que:

a) no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a distribuição dos feitos cíveis e criminais será feita pelo 5º Ofício Distribuidor, e na comarca de Londrina, a distribuição será feita pelo 2º Ofício Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público, sem antecipação de custas;

b) nas demais comarcas do Estado, a distribuição ou o registro, conforme o caso, serão feitos pelos Distribuidores, sem antecipação de custas.

Art. 69 - O acesso ao Juizado Especial Cível, no primeiro grau de jurisdição, não dependerá do pagamento de custas, taxas ou de outras despesas.

§ 1º - O preparo de recurso, na forma do artigo 42, parágrafo 1º, da Lei Federal 9099/95, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, bem como as taxas recursais, ressalvada a hipótese de assistência judiciária.

§ 2º - Para efeito do disposto no parágrafo anterior, bem assim do contido no artigo 55, primeira parte, da Lei Federal 9099/95, deverão ser cotadas, no curso do processo, as custas, taxas e outras despesas previstas em lei ou resolução.

§ 3º - A isenção de custas, taxas e despesas previstas no *caput* deste artigo não se aplica a terceiros não-envolvidos na relação processual, para efeito de expedição de certidões.

§ 4º - As custas, taxas e despesas pagas pelas partes reverterão, na forma da lei, em favor do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus, excetua-

tema de Juizados Especiais.

Art. 70 - Os atos dos Depositários Públicos, Contadores, Partidores e Avaliadores serão praticados pelos respectivos ofícios das comarcas do Estado, sem antecipação de custas.

TÍTULO VII

NOMEAÇÃO, REMOÇÃO, OPÇÃO, PROMOÇÃO E PERMUTA DOS JUÍZES

Capítulo I

Nomeação

Art. 71 - A nomeação do juiz substituto para o cargo de juiz de Direito será feita com observância da ordem de classificação no respectivo concurso.

Capítulo II

Opção e Permuta

Art. 72 - A opção e a permuta far-se-ão no interesse da Justiça por deliberação do Órgão Especial.

Capítulo III

Promoção e Remoção

Art. 73 - A promoção e a remoção serão feitas com observância da Constituição Federal, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional e da Constituição Estadual.

Art. 74 - A antigüidade será apurada na entrância, e o merecimento será aferido mediante critérios objetivos, levando-se em conta:

- a) a colocação do juiz, observando-se inicialmente, o primeiro quinto da lista de antigüidade e, vencida esta etapa, o do segundo, do terceiro, e assim sucessivamente;
- b) a dedicação e o esmero com que desempenha a função;
- c) a produtividade e a qualidade dos serviços prestados;
- d) o número de vezes que tenha figurado em listas;
- e) a frequência a cursos oficiais de aperfeiçoamento; e
- f) a publicação de trabalhos jurídicos.

TÍTULO VIII

COMPROMISSO, POSSE, EXERCÍCIO E ANTIGÜIDADE

Capítulo I

Compromisso, Posse e Exercício

Art. 75 - Nenhuma autoridade judiciária poderá entrar em exercício do cargo sem apresentar o título de nomeação ao órgão ou à autoridade competente para dar-

solene de honrar o cargo e de desempenhar com retidão suas funções.

§ 1º - O compromisso será reduzido a termo, e a posse somente se completará pela entrada em exercício.

§ 2º - No ato de posse, o juiz deverá apresentar declaração pública de seus bens, sob pena de não se consumir o ato, ou de anulá-lo, caso já investido.

Art. 76 - O prazo para o juiz entrar em exercício é de trinta (30) dias, contados da publicação do ato oficial de nomeação, prorrogável por idêntico período mediante solicitação do interessado.

§ 1º - O pedido de prorrogação será dirigido ao presidente do Tribunal de Justiça e deverá ser justificado.

§ 2º - Nos casos de promoção, remoção ou permuta, o prazo de entrada em exercício é de quinze (15) dias, prorrogável, justificadamente, por igual prazo, exceto se não houver mudança de comarca, caso em que a assunção deverá ocorrer imediatamente após a publicação do ato.

Art. 77 - Perderá o direito ao cargo, que será havido como vago, o juiz que não prestar compromisso ou não entrar em exercício nos prazos do artigo anterior.

Parágrafo Único - O órgão ou a autoridade competente para empossar o juiz verificará se foram satisfeitas, no ato da investidura, as condições estabelecidas em lei.

Art. 78 - Os desembargadores e os juízes do Tribunal de Alçada tomarão posse perante o tribunal a que pertencam, em sessão plenária, salvo manifestação em contrário do empossando.

§ 1º - Quando do ingresso na magistratura, os juízes substitutos tomarão posse perante o presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º - Os atos em referência poderão ocorrer em período de férias.

§ 3º - O termo de compromisso será lavrado em livro próprio, anotando-se a data da posse no verso do título de nomeação.

§ 4º - O Departamento da Magistratura manterá um registro atualizado das atividades dos desembargadores, juízes do Tribunal de Alçada, juízes de Direito e juízes substitutos.

§ 5º - As anotações aludidas no parágrafo anterior, que serão iniciadas após o nomeado prestar o compromisso legal e entrar em exercício, referir-se-ão a remoções, promoções, licenças, interrupções de exercício e quaisquer ocorrências que possam interessar ao cômputo do tempo de serviço.

Capítulo II

Antigüidade

dores, dos juízes do Tribunal de Alçada, dos juízes de Direito e dos juízes substitutos, composto das listas correspondentes a cada categoria de magistrado, será atualizado anualmente pelo presidente do Tribunal de Justiça e publicado no Diário da Justiça.

§ 1º - O quadro será publicado até o dia quinze (15) de fevereiro seguinte, e os que se considerarem prejudicados poderão reclamar, no prazo de dez (10) dias, contados da publicação.

§ 2º - Se a reclamação não for rejeitada liminarmente por manifesta improcedência serão ouvidos os interessados cuja antigüidade possa ser prejudicada pela decisão no prazo de dez (10) dias, findo o qual será apreciada pelo Órgão Especial.

§ 3º - Julgada procedente a reclamação, a lista de antigüidade será republicada, com as pertinentes correções.

Art. 80 - A antigüidade será apurada na data do efetivo exercício na entrância, prevalecendo, no caso de empate, a colocação na imediatamente inferior, e assim por diante, até se fixar a indicação, considerando-se para esse efeito, sucessivamente, o tempo exercido como juiz substituto e a ordem de classificação no respectivo concurso.

Parágrafo Único - Se persistir a igualdade, a antigüidade será determinada pelo tempo de serviço público prestado ao Estado do Paraná.

TÍTULO IX

VENCIMENTOS, REPRESENTAÇÕES, GRATIFICAÇÕES, AJUDAS DE CUSTO, DIÁRIAS E AUXÍLIO FUNERAL

Capítulo I

Vencimentos, Representações e Gratificações

Art. 81 - Os vencimentos dos magistrados, assim entendido o estipêndio fixo acrescido da verba de representação, são fixados em lei e em valor certo.

§ 1º - São irredutíveis os vencimentos dos magistrados, sujeitando-se esses, entretanto, aos impostos gerais, inclusive ao de renda e aos extraordinários, bem como aos descontos fixados em lei.

§ 2º - Os vencimentos dos desembargadores, que não serão inferiores aos dos secretários de Estado, têm como parâmetro os fixados para os ministros do Supremo Tribunal Federal, e não podem constituir paradigma para a remuneração de qualquer outro servidor público do Estado, exceto para os próprios magistrados, nos termos do parágrafo seguinte.

§ 3º - Os vencimentos das demais classes de magistrados obedecerão aos seguintes preceitos:

I - os juízes do Tribunal de Alçada receberão noventa e cinco por cento (95%) dos vencimentos atribuídos aos desembargadores;

por cento (90%) dos vencimentos de desembargador, e a diferença de uma entrância para outra será de dez por cento (10%).

§ 4º - Para efeito do parágrafo anterior, os juízes substitutos serão considerados de categoria imediatamente inferior aos de entrância inicial.

§ 5º - O juiz de Direito que, por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, for convocado para substituir em comarca de entrância imediatamente superior perceberá, durante o período de designação, a diferença de vencimentos correspondente ao cargo que passa a exercer.

§ 6º - O juiz de Direito substituto de Segundo Grau que, por ato do presidente do Tribunal de Justiça, for designado para substituir nos Tribunais perceberá, durante o período da designação, a remuneração devida ao substituído, salvo as de caráter pessoal.

Art. 82 - Além dos vencimentos, poderão ser outorgadas aos magistrados, nos termos da lei, as seguintes vantagens:

I - ajuda de custo para despesas com transporte e mudança, cursos e seminários de aperfeiçoamento e estudos;

II - diárias;

III - representação;

IV - gratificação por tempo de serviço;

V - décimo-terceiro salário;

VI - gratificação de férias; e

VII - gratificação de direção de Fórum.

Art. 83 - Aos magistrados será concedida a gratificação adicional de que trata o inciso IV do artigo anterior, no limite de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, por quinquênio de serviço, até o máximo de sete (7).

Parágrafo Único - É vedada a percepção, a qualquer título, de gratificação adicional por tempo de serviço de forma diversa da disposta neste artigo.

Art. 84 - Os presidentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada perceberão, mensalmente, gratificação pelo exercício do cargo, importância correspondente a vinte e cinco por cento (25%) sobre seus vencimentos. O 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça, o vice-presidente do Tribunal de Alçada e o corregedor-geral da Justiça, da mesma forma, perceberão vinte por cento (20%). O 2º vice-presidente do Tribunal de Justiça e o corregedor adjunto perceberão quinze por cento (15%), enquanto os juízes de Direito diretores de Fórum, pelo mesmo título, farão jus a cinco por cento (5%).

§ 1º - Pela substituição transitória, o substituto terá direito à percepção da gratificação de direção de Fórum, proporcionalmente aos dias em que exercer a substituição.

§ 2º - Quando em virtude de férias coletivas da magistratura ou por outra razão, o substituto tiver que responder cumulativamente por duas ou mais comarcas,

Fórum, e ainda assim quando a tenha exercido nas condições previstas no parágrafo anterior.

Capítulo II

Ajudas de Custo e Diárias

Art. 85 - A ajuda de custo prevista no inciso I do artigo 81, em importância de até uma (1) remuneração mensal do cargo que exercia, será devida apenas uma vez a cada período de dois anos e desde que o magistrado tenha que transferir residência para outra comarca em decorrência de promoção ou remoção.

§ 1º - Em caso de permuta, não será devida ajuda de custo.

§ 2º - A critério do presidente do Tribunal de Justiça, a ajuda de custo poderá ser adiantada.

Art. 86 - A diária, correspondente a um trinta avos (1/30) dos vencimentos do magistrado, será paga até o limite de quinze (15) por mês, sempre que este, devidamente autorizado pelo presidente do Tribunal de Justiça, deslocar-se da respectiva sede a serviço do Poder Judiciário.

§ 1º - O valor da diária será reduzido à metade quando, no âmbito interno, não houver necessidade de pernoite.

§ 2º - Ao juiz substituto que, autorizado pelo presidente do Tribunal de Justiça, deslocar-se da sede da seção judiciária para atender outra comarca, serão pagas diárias até o limite de dez (10) por mês.

Art. 87 - A atribuição de diárias aos magistrados é prerrogativa do presidente do Tribunal de Justiça, salvo quando devidas aos juízes do Tribunal de Alçada, hipótese em que tal atribuição competirá ao seu presidente.

Parágrafo Único - Os afastamentos dos presidentes dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como os do corregedor-geral da Justiça, quando no desempenho de suas correspondentes funções, não dependem de autorização.

Capítulo III

Auxílio Funeral

Art. 88 - Ao cônjuge sobrevivente, ao companheiro pela união estável ou aos herdeiros necessários do magistrado, em caso de falecimento deste, pagar-se-á importância correspondente a um mês dos seus vencimentos para atender às despesas de funeral.

Parágrafo Único - Na falta das pessoas apontadas, quem houver custeado o funeral será indenizado pelas despesas comprovadas até o montante referido neste artigo.

TÍTULO X

LICENÇAS, CONCESSÕES E FÉRIAS

Capítulo I

Art. 89 - O magistrado poderá afastar-se do cargo em razão de:

- I - licença para tratamento de saúde;
- II - licença por motivo de doença em pessoa da família;
- III - licença para repouso à gestante;
- IV - licença-paternidade;
- V - licença para freqüentar cursos, congressos, seminários ou reuniões de interesse do Poder Judiciário;
- VI - licença especial;
- VII - licença para tratar de assuntos particulares por um período de até oito (8) dias, conforme disposto em resolução.

Art. 90 - A licença para tratamento de saúde será concedida por até trinta (30) dias, mediante apresentação de atestado médico oficial ou do médico assistente do requerente, tendo esse atestado que indicar a classificação internacional da doença (CID).

§ 1º - A concessão de licença, por prazo superior a trinta (30) dias, assim entendida a prorrogação, dependerá de laudo expedido por junta médica oficial, nomeada pelo presidente do Tribunal de Justiça, quando se tratar de desembargador ou de juiz de primeiro grau; ou pelo presidente do Tribunal de Alçada, quando se tratar de juiz daquela Corte.

§ 2º - Se não houver junta médica oficial na comarca de exercício do magistrado, a licença poderá ser concedida à vista de atestado assinado por mais de um médico e visado pela junta médica do Tribunal de Justiça, que poderá exigir o exame pessoal do paciente sempre que assim o entender.

Art. 91 - A licença para tratamento de saúde terá o prazo máximo de dois (2) anos, cuja contagem não se interromperá quando da reassunção do exercício por período de até trinta (30) dias.

§ 1º - Após vinte e quatro (24) meses de afastamento consecutivo, nos termos do *caput* deste artigo, o magistrado será submetido à inspeção de saúde, perante junta médica oficial nomeada pelo presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º - Se a junta médica concluir pelo restabelecimento do magistrado, deverá este reassumir o cargo dentro de dez (10) dias, contados da data do laudo.

§ 3º - Se o laudo concluir pela continuação da enfermidade, deverá ser iniciado o processo de aposentadoria do magistrado.

Art. 92 - O magistrado que houver gozado licença-enfermidade pelo período máximo não poderá ser novamente licenciado, senão depois de um (1) ano de efetivo exercício do cargo, contado da reassunção.

Parágrafo Único - Antes de decorrido o prazo de que trata este artigo, só excepcionalmente poderá ser-lhe

deliberação do Órgão Especial.

Art. 93 - O magistrado licenciado não poderá exercer nenhuma de suas funções jurisdicionais ou administrativas, nem outra função pública ou privada, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

Parágrafo Único - Salvo contra-indicação médica, o magistrado licenciado poderá proferir decisões em processos que, antes da licença, foram-lhe conclusos para julgamento ou tenham recebido seu visto como relator ou revisor.

Art. 94 - O requerimento de licença para tratamento de saúde em pessoa da família do magistrado, além de instruído na forma estabelecida no artigo 90 deste Código, deverá conter a expressa declaração acerca da indispensabilidade da assistência pessoal do magistrado ao paciente e sobre a incompatibilidade da prestação com o exercício do cargo.

Parágrafo Único - A licença por motivo de doença em pessoa da família será concedida ao magistrado com remuneração integral pelo prazo máximo de trinta (30) dias; além desse tempo, a licença será sem vencimentos, salvo situações excepcionais, a critério do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Art. 95 - O direito ao gozo de licença maternidade, com duração de cento e vinte (120) dias, é assegurado à magistrada, sem prejuízo dos vencimentos e de outras vantagens.

Art. 96 - A licença-paternidade de que trata o artigo 89, IV, deste Código será concedida pelo prazo de cinco (5) dias, necessariamente contados a partir do dia do nascimento, ainda que a apresentação da correspondente certidão de nascimento ocorra posteriormente.

Capítulo II

Concessões

Art. 97 - Sem prejuízo dos vencimentos e das vantagens legais, o magistrado poderá afastar-se de suas funções por até oito (8) dias consecutivos, sempre contados a partir do evento, por motivo de:

- I - casamento;
- II - falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, sogro, sogra ou irmão.

Parágrafo Único - No caso do inciso I deste artigo, o magistrado comunicará, com antecedência, o seu afastamento, inclusive a seu substituto legal e, na hipótese do inciso II, as comunicações deverão ser feitas logo que possível.

Art. 98 - Conceder-se-á afastamento ao magistrado, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens:

çoamento e estudos, a critério do Órgão Especial do Tribunal de Justiça;

II – para prestação de serviços exclusivamente à Justiça Eleitoral;

III - para exercer a presidência da Associação dos Magistrados do Paraná e Associação dos Magistrados Brasileiros;

IV - para exercer o cargo de diretor-geral da Escola da Magistratura do Paraná.

Capítulo III

Férias

Art. 99 - Os magistrados gozarão de férias anuais consoante disposto no Estatuto da Magistratura e nos períodos fixados por resolução.

TÍTULO XI

SUBSTITUIÇÕES NOS TRIBUNAIS E NAS COMARCAS

Capítulo I

Substituições nos Tribunais

Art. 100. A substituição nos Tribunais de Justiça e de Alçada será efetuada em conformidade com os respectivos Regimentos Internos.

Capítulo II

Substituições nas Comarcas

Art. 101 - Os juízes de Direito, titulares de varas das comarcas de entrância final, serão substituídos por juízes de Direito substitutos em primeiro grau, da seção judiciária respectiva, quando for o caso, ou por designação do presidente do Tribunal de Justiça, que excepcionalmente poderá valer-se de juízes substitutos ou de titulares de outras varas.

Art. 102 - O presidente do Tribunal de Justiça, sempre que as circunstâncias exigirem, poderá designar juiz de Direito substituto em primeiro grau para, cumulativamente, substituir o titular em duas ou mais varas da mesma ou de diversa seção judiciária da mesma comarca de entrância final.

Art. 103 - As substituições decorrentes de férias, licença, afastamento, impedimento e vacância de cargo pelos juízes substitutos no âmbito das comarcas que integram a respectiva seção judiciária, serão incontinenti e automaticamente comunicadas ao Presidente do Tribunal de Justiça e à Corregedoria-Geral da Justiça.

Parágrafo Único - As substituições a serem feitas pelos juízes de Direito substitutos em primeiro e segundo graus, conforme seja o caso, processar-se-ão em conso-

de Justiça.

Art. 104 - Os juízes substitutos substituirão, ordinariamente, os juízes de Direito das comarcas de entrância intermediária e inicial que compuserem a respectiva seção judiciária.

Parágrafo Único - Nos casos de impedimento, de suspeição e de encontrar-se vago o cargo de juiz substituto, ou conforme as exigências do serviço, as substituições poderão ser excepcionalmente feitas por juiz de Direito, mediante designação do presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 105 - Sempre que conveniente à administração da Justiça, o presidente do Tribunal poderá deslocar temporariamente juízes substitutos de uma para outra seção judiciária, ou designá-los para atender cumulativamente a mais de uma seção ou comarca.

TÍTULO XII

APOSENTADORIA, REVERSÃO E APROVEITAMENTO

Capítulo I

Aposentadoria

Art. 106 - A aposentadoria dos magistrados será concedida nos termos da Constituição Federal.

Art. 107 - Reajustar-se-ão os proventos de aposentadoria com a mesma periodicidade e proporção dos aumentos de vencimentos concedidos, a qualquer título, aos magistrados em atividade.

Art. 108 - Computar-se-á em favor dos magistrados, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de efetivo exercício da advocacia, até o máximo de quinze (15) anos, comprovada a correspondente contribuição previdenciária.

Art. 109 - O Regimento Interno disciplinará o processo de verificação de invalidez do magistrado, para efeito de sua aposentadoria, com observância dos seguintes requisitos:

I - o processo terá início a requerimento do magistrado, por ordem do presidente do Tribunal, de ofício, em cumprimento de deliberação do Órgão Especial, ou por provocação da Corregedoria-Geral da Justiça;

II - tratando-se de incapacidade mental, o presidente do Tribunal nomeará curador ao paciente, sem prejuízo da defesa que este queira oferecer pessoalmente ou por procurador que constituir;

III – o paciente deverá ser afastado, desde logo, do exercício do cargo até final decisão, devendo o processo ser concluído no prazo de sessenta (60) dias;

médica permitirá o julgamento, este baseado em quaisquer outras provas;

V - o magistrado que, por dois (2) anos consecutivos, afastar-se ao todo por seis (6) meses ou mais para tratamento de saúde, deverá sujeitar-se, ao requerer nova licença para igual fim, dentro de dois (2) anos, a exame para verificação de invalidez;

VI - se o Órgão Especial concluir pela incapacidade do magistrado, os autos serão encaminhados ao presidente do Tribunal de Justiça.

Capítulo II

Reversão e Aproveitamento

Art. 110 - A reversão de magistrado, aposentado por invalidez, bem como o aproveitamento daquele em disponibilidade, dependerá de requerimento do interessado, podendo o Órgão Especial do Tribunal de Justiça deixar de acolher o pedido, se assim for do interesse da Justiça.

§ 1º - Em qualquer caso, será necessária a existência de vaga a ser preenchida pelo critério de merecimento, em comarca de categoria igual à que ocupara o requerente, que deverá provar idade não superior a sessenta e cinco (65) anos e aptidão física e mental, mediante laudo de inspeção de saúde expedido por junta médica nomeada pelo presidente do Tribunal, ouvido o Conselho da Magistratura e tendo como relator o corregedor-geral da Justiça.

§ 2º - A reversão e o aproveitamento não excluem o cumprimento dos interstícios de trinta (30) anos de serviço público e de cinco (5) anos de efetiva atuação na magistratura, este contado a partir do novo exercício.

TÍTULO XIII

TRATAMENTO, VESTES TALARES E EXPEDIENTE

Capítulo Único

Tratamento, Vestes Talares e Expediente

Art. 111 - Aos Tribunais de Justiça e de Alçada, suas Câmaras ou Grupos, cabe o tratamento de egrégio, e a todos os magistrados o de excelência.

Art. 112 - Os membros do Tribunal de Justiça têm o título de desembargador; os integrantes do Tribunal de Alçada, o de juiz de Alçada; e os magistrados de primeiro grau, o de juiz de Direito e juiz substituto.

Parágrafo Único - O magistrado aposentado perderá o tratamento correspondente ao cargo se:

I - inscrever-se nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil;

II - dedicar-se a atividades político-partidárias.

nes da Justiça é obrigatório o uso de vestes talares, conforme modelo aprovado pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Art. 114 - Os magistrados de primeiro grau de jurisdição deverão comparecer diariamente à sede do Juízo, salvo quando em diligência externa, conforme estabelecer o Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

§ 1º - As disposições deste artigo não se aplicam aos juizes de varas de atendimento permanente, que terão seu funcionamento disciplinado por ato do presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o corregedor-geral da Justiça.

§ 2º - Serão instituídos, conforme definição do Órgão Especial do Tribunal de Justiça e por ato de seu presidente, sistemas de plantões permanentes neste Tribunal, nas comarcas de entrância final e naquelas que forem sede de seções judiciárias, para atendimento nos dias em que não houver expediente forense normal; ao Tribunal de Alçada, por seus correspondentes órgãos, compete a formulação de ato nesse sentido.

LIVRO III

JUÍZES DE PAZ

TÍTULO I

JUÍZES DE PAZ

Capítulo Único

Nomeação, Atribuições, Competência e Substituição

Art. 115 - A Justiça de Paz será composta de cidadãos com competência para celebrar casamentos; verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação; exercer atribuições conciliatórias e outras sem caráter jurisdicional.

Parágrafo Único - O juiz de paz, na celebração de casamento, usará faixa verde e amarela de 10 (dez) centímetros de largura, posta a tiracolo, do lado direito para o esquerdo.

Art. 116 - Em cada distrito das comarcas de entrância inicial e intermediária e em cada circunscrição do registro civil das comarcas de entrância final, haverá um (1) juiz de paz e dois (2) suplentes, que reúnam os seguintes requisitos:

I - cidadania brasileira e maioridade civil;

II - gozo dos direitos civis, políticos e quitação com o serviço militar;

III - ter domicílio e residência na sede do distrito ou da comarca, conforme seja o caso;

IV - ter escolaridade correspondente ao segundo grau;

V - ter bons antecedentes e não ser filiado a partido político.

exercício da função perante o juiz de Direito diretor de Fórum da circunscrição onde deva servir.

§ 1º - Nos impedimentos, nas ausências ou no abandono do cargo, a substituição do juiz de Paz será feita, sucessivamente, pelo primeiro e pelo segundo suplentes.

§ 2º - Não havendo suplente para substituição, o juiz de Direito diretor de Fórum designará juiz de paz *ad hoc* para intervir nos processos de habilitação de casamento.

LIVRO IV

AUXILIARES DA JUSTIÇA

TÍTULO I

SERVENTUÁRIOS E FUNCIONÁRIOS DA JUSTIÇA E AGENTES DELEGADOS DO FORO EXTRAJUDICIAL

Capítulo Único

Composição e Funcionamento

Art. 118 - Os serviços auxiliares do Poder Judiciário são desempenhados por servidores com a denominação específica de:

- I - funcionários da justiça;
- II - serventuários da justiça do foro judicial;
- III - agentes delegados do foro extrajudicial.

Art. 119 - Denominam-se serventuários da justiça do foro judicial os titulares de ofícios da justiça a seguir relacionados:

- I - Escrivânias do Cível;
- II - Escrivânias do Crime;
- III - Escrivânias da Fazenda Pública, Falências e Concordatas;
- IV - Escrivânias de Família;
- V - Escrivânias da Infância e da Juventude;
- VI - Escrivânias de Execuções Penais;
- VII - Escrivania de Inquéritos Policiais;
- VIII - Escrivania de Execução de Penas e Medidas Alternativas;
- IX - Escrivania de Delitos de Trânsito;
- X - Escrivania de Adolescentes Infratores;
- XI - Escrivania de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis;
- XII - Escrivania de Precatórias Criminais;
- XIII - Escrivania da Corregedoria dos Presídios;
- XIV - Escrivânias dos Tribunais do Júri;
- XV - Secretarias dos Juizados Especiais, das Turmas Recursais e do Conselho de Supervisão;
- XVI - Ofício do Distribuidor;
- XVII - Ofício do Contador e Partidor;
- XVIII - Ofício do Avaliador;
- XIX - Ofício do Depositário Público.

acumulados, no interesse da Justiça.

Art. 120 - Denominam-se agentes delegados do foro extrajudicial os ocupantes da atividade notarial e de registro, a saber:

- I - tabeliães de Notas;
- II - tabeliães de Protesto de Títulos;
- III - oficiais de Registro de Imóveis;
- IV - oficiais de Registro de Títulos de Documentos e Cíveis das Pessoas Jurídicas;
- V - oficiais de Registro Cível das Pessoas Naturais;
- VI - oficiais de Registro de Distribuição Extrajudicial;
- VII - oficiais Distritais.

§ 1º - Os serviços notariais e de registro poderão funcionar acumulados precariamente, no interesse da Justiça ou em razão do volume da receita e dos serviços.

§ 2º - Os oficiais Distritais poderão acumular as funções de registrador civil de pessoas naturais e as de tabelião de notas.

§ 3º - Compete ao presidente do Tribunal de Justiça outorgar a delegação para a atividade notarial e de registro.

Art. 121. Os titulares de ofícios de justiça do foro judicial não remunerados pelos cofres públicos poderão admitir, sob sua responsabilidade e às expensas próprias, tantos empregados quantos forem necessários ao serviço, ficando as relações empregatícias respectivas subordinadas à legislação trabalhista.

§ 1º - Sob proposta do titular do ofício ao juiz diretor de Fórum, este poderá juramentar um ou mais empregados para subscrever atos da serventia, sem alteração da correspondente relação empregatícia.

§ 2º - Para os fins do parágrafo anterior, os empregados indicados deverão ter o segundo grau completo e preencher os requisitos enumerados no artigo 126, incisos I a III, deste Código.

§ 3º - Caberá ao juiz diretor de Fórum encaminhar cópia da portaria de juramentação, no prazo de três (3) dias, à Corregedoria-Geral da Justiça, para verificação da regularidade do ato e anotações.

Art. 122 - Os agentes delegados da justiça do foro extrajudicial poderão admitir, sob sua responsabilidade e às expensas próprias, tantos empregados quantos forem necessários ao serviço, ficando as relações empregatícias respectivas subordinadas à legislação trabalhista.

§ 1º - Os agentes delegados indicarão, por escrito, seus substitutos e escreventes, para praticar atos, observadas as condições previstas no artigo 121, parágrafo 2º, deste Código e as normas fixadas pela Corregedoria-Geral da Justiça, sem alteração da correspondente relação

laboral.

§ 2º - Para os fins do parágrafo anterior, as indicações serão feitas ao juiz corregedor do foro extrajudicial, que, após verificar quanto ao cumprimento das formalidades indispensáveis, submeterá as respectivas propostas ao juiz diretor de Fórum, a quem caberá lavrar portaria de juramentação com encaminhamento de cópia à Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 123 - Denominam-se funcionários da justiça os servidores que constituem os quadros dos Tribunais de Justiça e de Alçada, respectivamente, distinguindo-se em:

I - os integrantes dos cargos das secretarias dos respectivos Tribunais;

II - os auxiliares de Cartório;

III - os auxiliares administrativos;

IV - os oficiais de Justiça;

V - os comissários de vigilância;

VI - os assistentes sociais;

VII - os psicólogos;

VIII - os porteiros de auditório;

IX - os agentes de limpeza;

X - os secretários do Conselho de Supervisão do Juizado Especial;

XI - os secretários de Turma Recursal do juizado Especial;

XII - os secretários do Juizado Especial;

XIII - os oficiais de Justiça do Juizado Especial;

XIV - os auxiliares de Cartório do Juizado Especial;

XV - os auxiliares administrativos do Juizado Especial;

XVI - os contadores e avaliadores do Juizado Especial.

Parágrafo Único - Os funcionários da justiça subordinam-se às normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Paraná no que lhes for aplicável.

Art. 124 - Consideram-se auxiliares da justiça, entre outros, enquanto estiverem participando de atos judiciais, os administradores, os depositários, os intérpretes, os peritos, os tradutores e os leiloeiros, eventualmente nomeados para fins específicos.

TÍTULO II

CONCURSO, NOMEAÇÃO E POSSE

Capítulo I

Serventuários da Justiça do Foro Judicial

Art. 125 - Os serventuários da justiça serão nomeados mediante concurso de provas e títulos, por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

determinada pelo presidente do Tribunal de Justiça, após vacância do cargo.

Art. 126 - Para ser admitido ao concurso, o candidato deverá preencher os seguintes requisitos no momento da inscrição:

I - ser brasileiro, estar no exercício dos direitos civis e políticos e quite com o serviço militar, quando for a hipótese;

II - ter idade mínima de dezoito (18) anos;

III - apresentar cédula de identidade fornecida pela repartição estadual;

IV - fazer prova do recolhimento da taxa de inscrição que for fixada pelo Conselho Diretor do Funrejus.

Parágrafo Único - Os candidatos classificados deverão comprovar sanidade física e mental, por meio de laudo fornecido por órgão oficial do Estado, apresentar prova de bons antecedentes e indicar fontes de informações pessoais, na forma do regulamento do concurso.

Art. 127 - O Regimento Interno do Tribunal de Justiça disporá sobre as formalidades administrativas do concurso, cabendo ao Conselho da Magistratura elaborar seu Regulamento.

Capítulo II

Funcionários das Secretarias dos Tribunais

Art. 128. Os Tribunais de Justiça e de Alçada, constituídos de quadros próprios, somente admitirão funcionários mediante concurso público de provas, ou de provas e de títulos, excetuados os cargos em comissão.

Parágrafo Único - O concurso obedecerá ao que dispuserem os regimentos internos e as normas do regulamento que for elaborado pela Comissão de Concursos e de Promoções de cada um daqueles Tribunais.

Art. 129 - Para ser admitido ao concurso, o candidato, com idade mínima de dezoito (18) anos completos quando da inscrição, deverá preencher os requisitos estabelecidos no artigo 126, incisos I e III, deste Código, além de outras condições que vierem a ser impostas pelo regulamento, inclusive quanto ao grau de escolaridade e de habilitação profissional ou técnica exigidos, conforme a natureza do cargo a ser ocupado.

Art. 130 - A nomeação dos candidatos aprovados será efetivada por ato do presidente do Tribunal em cujo âmbito for realizado o concurso.

Capítulo III

Oficiais de Justiça, Porteiros de Auditório, Auxiliares de Cartório e Administrativos, Comissários de Vigilância e Agentes de Limpeza

gos obedecerá ao que dispuserem o Regimento Interno do Tribunal de Justiça e o regulamento baixado para tal fim, observadas as disposições legais aplicáveis à espécie.

Art. 132 - Para ser admitido ao concurso, o candidato deverá preencher os requisitos do artigo 132 deste Código.

§ 1º - Para o cargo de agente de limpeza, exigir-se-á escolaridade equivalente ao ensino fundamental, e para o de auxiliar de Cartório, escolaridade correspondente ao segundo grau completo.

§ 2º - Para o cargo de oficial de Justiça, exigir-se-á ser bacharel em Direito, formado por instituição de ensino reconhecida por lei.

§ 3º - Será concedido a critério da administração do Poder Judiciário, o pagamento do Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - Tide, ao oficial de Justiça em face do horário previsto para o cumprimento dos mandatos judiciais, estipulados no Código de Processo Civil, assim como no Código de Normas da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Art. 133 - Os agentes de limpeza serão admitidos mediante teste seletivo, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, ficando os atuais cargos extintos à medida que vagarem.

Art. 134 - Os candidatos aprovados serão nomeados na forma prevista no artigo 130 deste Código.

Capítulo IV

Posse

Art. 135 - Os funcionários das secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada tomarão posse perante o respectivo secretário.

Parágrafo Único - Os serventuários da justiça tomarão posse perante o juiz diretor de Fórum da comarca onde exercerão suas funções.

Art. 136 - As Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada manterão registro apropriado referente a seus serviços, devendo nele ser anotada toda e qualquer alteração ocorrida na carreira funcional de seus quadros.

Capítulo V

Disposições Especiais

Art. 137 - Os regulamentos próprios das secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada disciplinarão as atribuições do quadro funcional respectivo, levando em conta:

I - a descentralização e racionalização dos serviços;

II - a observância dos parâmetros técnicos recomendáveis, inclusive no que tange à indispensável relação de proporcionalidade numérica entre chefes e subordinados diretos.

TÍTULO III

REMOÇÕES, PERMUTAS E PROMOÇÕES

Capítulo Único

Remoções, Permutas e Promoções

Art. 138 - A remoção ou promoção de titular de ofício do foro judicial ocorrerá por ato do presidente do Tribunal de Justiça, entre os candidatos indicados pelo Conselho da Magistratura de acordo com as regras por este aprovadas.

§ 1º - A permuta dar-se-á por requerimento das partes, por ato do presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º - A promoção e remoção observarão os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.

Art. 139 - No caso de vacância de ofício, o juiz de Direito diretor de Fórum fará imediata comunicação ao presidente do Tribunal de Justiça, que autorizará a expedição de edital, convocando os interessados à remoção, à promoção ou ao provimento, mediante concurso público, se não houver interessado em remoção.

Art. 140 - Decorrido o prazo legal, os pedidos serão reunidos em uma só autuação e encaminhados à Corregedoria-Geral da Justiça, que, após parecer, submetê-los-á à prévia deliberação do Conselho da Magistratura.

Parágrafo Único - Será excluído o pretendente que tenha sofrido pena disciplinar, salvo se, não-reincidente, já decorridos mais de dois (2) anos da última punição.

Art. 141 - Vencidas as fases de que trata o artigo anterior, o corregedor-geral da Justiça relatará o processo perante o Conselho da Magistratura, que deliberará quanto à indicação ou não de pretendentes.

Parágrafo Único - Publicado o decreto de remoção, o serventuário da justiça do foro judicial terá o prazo de dez (10) dias para assumir as novas funções, salvo em caso de remoção no âmbito da mesma comarca, quando a assunção será imediata.

Art. 142 - Não havendo candidatos à remoção ou à promoção, quando for o caso, ou tendo sido indeferidos pedidos eventualmente feitos, será expedido edital de chamamento a concurso público para provimento do cargo vago por nomeação.

Art. 143 - Aplicam-se aos oficiais de Justiça, assim como aos auxiliares de Cartório, aos auxiliares adminis-

disposições contidas neste Capítulo.

Art. 144 - Ao concurso de remoção somente poderão ser admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de dois (2) anos, salvo se não houver candidato que atenda este requisito.

TÍTULO IV

SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA DO FORO JUDICIAL

Capítulo Único

Atribuições

Art. 145 - Aos servidores do foro judicial em geral incumbe:

I – aos escrivães, a prática de todos os atos privativos previstos em lei, observados as formas, usos, estilos e costumes seguidos no foro;

II - aos distribuidores, a distribuição de todos os processos e atos entre juízes, escrivães, titulares de ofícios de justiça e agentes delegados do foro extrajudicial, observadas as seguintes regras:

a) estão sujeitos à distribuição, unicamente, os processos e atos pertencentes à competência de dois ou mais juízes ou de dois ou mais serventuários ou ainda de dois ou mais agentes delegados;

b) é vedado ao distribuidor reter quaisquer processos e atos destinados à distribuição, a qual deve ser feita imediatamente e em ordem rigorosamente sucessiva, à proporção que lhe forem apresentados;

c) no caso de incompatibilidade ou suspeição daquele a quem for distribuído algum processo ou ato, em tempo oportuno se lhe fará a compensação;

d) distribuir-se-ão, por dependência, os feitos de qualquer natureza que se relacionarem com outros já distribuídos e ajuizados;

e) os atos e processos que não estiverem sujeitos à distribuição por não pertencerem à competência de dois ou mais juízes ou de dois ou mais serventuários ou ainda de dois ou mais agentes delegados, serão, não obstante, prévia e obrigatoriamente registrados pelo distribuidor em livro próprio;

f) cumprir as normas editadas pela Corregedoria-Geral da Justiça e pelo juiz diretor de Fórum.

III – aos contadores:

a) contar, em todos os feitos, antes da sentença ou de qualquer despacho definitivo, mediante ordem do juiz, os emolumentos e as custas, conforme previsto no regimento respectivo;

b) proceder à contagem do principal e dos juros nas ações referentes a dívidas em quantia certa e nos cálculos aritméticos que se fizerem necessários relativamente a direitos e obrigações;

c) fazer o cálculo para pagamento de impostos;

sições legais sobre recolhimento de importâncias devidas a instituições ou fundos.

IV – Aos partidores, organizar as partilhas judiciais.

V - Aos depositários públicos, ter sob sua guarda e segurança, com obrigação legal de os restituir na oportunidade própria, os bens corpóreos apreendidos judicialmente, salvo os que forem confiados a depositários particulares.

VI - Aos avaliadores judiciais, por distribuição nas comarcas em que houver mais de um, expedir laudo de avaliação de bens, rendimentos, direitos e ações, segundo o que for determinado no mandado.

TÍTULO V

OUTROS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Capítulo Único

Atribuições

Art. 146 - Aos oficiais de Justiça incumbe:

I - fazer citações, arrestos, penhoras e demais diligências que lhe forem cometidas;

II - lavrar autos e certidões referentes aos atos que praticarem;

III - convocar pessoas idôneas para que testemunhem atos de sua função, quando a lei assim o exigir;

IV - exercer, onde não houver, as funções de porteiro de auditório, mediante designação do juiz;

V - exercer cumulativamente quaisquer outras funções previstas neste Código e dar cumprimento às ordens emanadas da Corregedoria-Geral da Justiça e do Juízo pertinentes aos serviços judiciários.

Art. 147 - Incumbe aos porteiros de auditórios:

I - apregoar e fazer a chamada das partes e testemunhas;

II - apregoar os bens, nas praças e leilões judiciais;

III - passar certidões de pregões, editais, praças, arrematações ou de quaisquer outros atos que praticarem no exercício da função.

Art. 148 - Aos comissários de vigilância incumbe:

I - exercer vigilância sobre as crianças e adolescentes e fiscalizar a execução das leis de assistência e proteção que lhes digam respeito;

II - proceder mediante determinação judicial às investigações relativas a crianças e adolescentes, seus pais, tutores ou encarregados de sua guarda, com o fim de esclarecer a ocorrência de fatos ou circunstâncias que possam comprometer sua segurança física e moral;

III - apreender e conduzir, por determinação judicial, crianças e adolescentes abandonados ou infratores e proceder, a respeito deles, às investigações referidas no inciso anterior;

adolescentes sujeitos à liberdade assistida ou entregues mediante termo de responsabilidade e guarda;

V - auxiliar no preparo de processos relativos a crianças e adolescentes, promover medidas preliminares de instrução determinadas pelo juiz, incluindo a tomada de declarações de pais, tutores ou responsáveis e de demais pessoas que possam oferecer esclarecimentos;

VI - exercer vigilância sobre crianças e adolescentes em ambientes públicos, em cinemas, teatros e casas de diversão públicas em geral, mediante ordem de serviço específica para a diligência;

VII - proceder a todas as investigações concernentes a crianças e adolescentes junto ao meio em que vivem e às pessoas que os cercam e efetivar o encaminhamento necessário dessa pesquisa aos órgãos e entidades competentes;

VIII - investigar os antecedentes de crianças e adolescentes e de seus familiares;

IX - colaborar junto aos programas oficiais de voluntariado do Poder Judiciário ou sob a fiscalização deste.

Art. 149 - No exercício de suas funções, os oficiais de Justiça e os comissários de vigilância terão passe-livre no transporte coletivo urbano e intermunicipal.

Art. 150. Aos auxiliares de Cartório e administrativos incumbe desempenhar serviços compatíveis com as funções, sob a responsabilidade do titular respectivo.

TÍTULO VI

VENCIMENTOS, AJUDAS DE CUSTO, LICENÇAS E FÉRIAS

Capítulo I

Vencimentos

Art. 151 - Os vencimentos dos titulares de ofícios da justiça remunerados pelos cofres públicos e os dos funcionários da justiça serão fixados em lei, observados os princípios constitucionais.

§ 1º - Nenhum dos auxiliares da justiça referidos no *caput* deste artigo poderá perceber mensalmente, a qualquer título, remuneração bruta superior à percebida pelos juízes de Direito de entrância final, salvo a acumulação de proventos com vencimentos de cargo em comissão.

§ 2º - O presidente do Tribunal de Justiça baixará, no prazo de noventa (90) dias, contados da vigência deste Código, ato dispendo sobre a forma de aplicação da norma contida no parágrafo anterior.

Capítulo II

Ajudas de Custo

é devida a ajuda de custo no valor de até uma (1) remuneração mensal, para cobrir despesas de transporte, quando tiverem que transferir residência para outra comarca, em virtude de promoção ou de remoção.

Parágrafo Único - Na fixação do valor da ajuda de custo, que não será concedida em intervalo inferior a dois (2) anos, tomar-se-á em conta a distância a ser percorrida com a mudança.

Capítulo III

Licenças

Art. 153- A licença para tratamento de saúde será concedida à vista de atestado médico, com indicação da classificação internacional da doença (CID). Se superior a trinta (30) dias, mediante a apresentação de laudo expedido por junta médica nomeada pelo presidente do Tribunal.

Parágrafo Único - Aplicam-se no que couber as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná.

Capítulo IV

Férias

Art. 154 - Os titulares de ofício das escrivancias remuneradas pelos cofres públicos e os funcionários da justiça gozarão férias previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná, mediante escala organizada no princípio de cada ano pelo juiz diretor de Fórum ou pelo chefe de serviço a que estiverem subordinados, com comunicação ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao corregedor-geral da Justiça.

§ 1º - As férias deverão ser gozadas nos doze (12) meses seguintes, a contar da data em que se completou o período aquisitivo, salvo imperiosa necessidade da administração da justiça, quando as férias poderão ser cassadas, assegurada sua oportuna fruição.

§ 2º - Havendo comprovada necessidade do serviço, a critério da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o servidor, as férias poderão ser interrompidas, assegurado o direito de gozo dos dias remanescentes oportunamente.

TÍTULO VII

SUBSTITUIÇÕES

Capítulo Único

Substituições

Art. 155 - O titular de ofício do foro judicial será substituído eventualmente por auxiliar de Cartório ou por empregado juramentado ou ainda pelo titular de outro ofício, indicado por aquele e designado pelo juiz diretor de Fórum.

§ 1º - O presidente do Tribunal de Justiça, em situações especiais, poderá designar para o exercício de subs-

ouvidas as respectivas autoridades.

§ 2º - O substituto do titular de ofício remunerado pelos cofres públicos, durante o período de substituição, perceberá proporcionalmente o vencimento ou diferença dos vencimentos do substituído.

Art. 156 - A substituição dos servidores dos Tribunais de Justiça e de Alçada far-se-á de acordo com os respectivos regulamentos.

TÍTULO VIII

INCOMPATIBILIDADES, IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÕES

Capítulo Único

Incompatibilidades, Impedimentos e Suspeições

Art. 157 - As incompatibilidades dos serventuários da justiça do foro judicial e dos funcionários da justiça regulam-se pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná, e os impedimentos e suspeições, pelas normas contidas no Código de Processo Civil, no que forem pertinentes.

TÍTULO IX

Aposentadoria

Capítulo Único

Aposentadoria

Art. 158 - A aposentadoria dos serventuários do foro judicial sujeitar-se-á à legislação específica.

Parágrafo Único - O pedido de aposentadoria dos serventuários da Justiça do foro judicial tramitará junto à secretaria do Tribunal de Justiça, levando-se a efeito mediante decreto do presidente.

Art. 159 - O processo de aposentadoria dos funcionários da justiça tramitará perante as secretarias dos Tribunais de Justiça ou de Alçada, levando-se a efeito mediante decreto dos respectivos presidentes.

TÍTULO X

DIREITOS E GARANTIAS

Capítulo Único

Direitos e Garantias

Art. 160 - Os direitos e garantias dos auxiliares da justiça do foro judicial são os estabelecidos em lei e neste Código.

TÍTULO XI

FORO JUDICIAL

Capítulo I

Art. 161 - Os auxiliares da Justiça deverão exercer suas funções com dignidade e compostura, obedecendo às determinações de seus superiores e cumprindo as disposições legais a que estiverem sujeitos.

Art. 162 - Os auxiliares da Justiça terão domicílio e residência obrigatórios na sede da comarca em que exercerem suas funções e, sendo titulares de ofício do foro judicial, deverão permanecer à frente das respectivas serventias.

Capítulo II

Penalidades

Art. 163 - Os auxiliares da Justiça do foro judicial, pelas faltas cometidas no exercício de suas funções, ficarão sujeitos às seguintes penas disciplinares:

I - de advertência, aplicada por escrito em caso de mera negligência;

II - de censura, aplicada por escrito em caso de falta de cumprimento dos deveres previstos neste Código, e também de reincidência de que tenha resultado aplicação de pena de advertência;

III - de devolução de custas em dobro, aplicada em casos de cobrança de custas que excedam os valores fixados na respectiva tabela, a qual ainda poderá ser cumulada com outra pena disciplinar;

IV - de suspensão, aplicada em caso de reincidência em falta de que tenha resultado na aplicação de pena de censura, ou em caso de infringência às seguintes proibições:

a) exercer cumulativamente dois ou mais cargos ou funções públicas, salvo as exceções permitidas em lei;

b) retirar, modificar ou substituir, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento de órgão estatal, com o fim de criar direito ou obrigação ou de alterar a verdade dos fatos;

c) valer-se de cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade do cargo ou função;

d) praticar usura;

e) receber propinas e comissões de qualquer natureza em razão do cargo ou função;

f) revelar fato ou informação de natureza sigilosa de que tenha ciência em razão do cargo ou função;

g) delegar, salvo nos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que a si competir ou a seus subordinados;

h) deixar de comparecer ao trabalho sem causa justificada;

i) retirar ou utilizar materiais e bens do Estado indevidamente;

j) deixar de cumprir atribuições inerentes ao cargo no prazo estipulado;

V - de demissão, aplicada nos casos de:

a) crimes contra a administração pública;

c) falta ao serviço, sem justa causa, por sessenta (60) dias alternados durante o ano;

d) ofensa grave, física ou moral, em serviço, contra servidor ou particular, salvo escusa legal;

e) reincidência, em caso de insubordinação;

f) aplicação irregular de dinheiro público;

g) transgressão dolosa a proibição legal de natureza grave;

h) reincidência na prática de infração disciplinar pelo funcionário que, nos quatro (4) anos imediatamente anteriores, tenha sido punido com pena de suspensão igual ou superior a cento e oitenta (180) dias, aplicada isoladamente ou resultante da soma de várias penas de suspensão.

§ 1º - A pena de suspensão poderá ser convertida em multa quando houver conveniência para o serviço, à razão de cinquenta por cento (50%) do valor do salário a que no período imposto fizer jus o servidor, que fica obrigado neste caso a permanecer em atividade.

§ 2º - Para os fins do inciso V, alínea “b”, deste artigo, considera-se abandono de cargo a ausência ao serviço, sem justa causa, por mais de trinta (30) dias.

§ 3º - Durante o período de suspensão, o auxiliar da justiça perderá todas as vantagens decorrentes do exercício do cargo.

§ 4º - Na aplicação das penalidades, considerar-se-ão a natureza e a gravidade da infração, os meios empregados, os danos que dela provierem para o serviço público e os antecedentes funcionais do servidor.

Art. 164. Será cassada a aposentadoria se ficar provado que o inativo:

I – praticou falta grave no exercício do cargo ou função;

II – aceitou ilegalmente cargo ou função pública;

III – aceitou representação de Estado estrangeiro sem prévia autorização do presidente da República;

IV – praticou usura em qualquer de suas formas;

V – perdeu a nacionalidade brasileira.

Art. 165 - São competentes para aplicação das penalidades disciplinares o Conselho da Magistratura, o corregedor-geral da Justiça e os juízes perante os quais servirem ou a quem estiverem subordinados os servidores, observado o seguinte:

I - o Conselho da Magistratura poderá aplicar quaisquer das penalidades previstas no artigo anterior;

II - o corregedor-geral da Justiça e os juízes poderão aplicar as penas de advertência, censura, devolução de custas em dobro e suspensão até trinta (30) dias.

Art. 166 - As penas de advertência, censura e devolução de custas em dobro poderão ser aplicadas em sindicância, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

da justiça será comunicada à Corregedoria-Geral da Justiça para as devidas anotações.

Art. 168 - Se a pena imposta for a de demissão ou de cassação de aposentadoria, a decisão será remetida ao presidente do Tribunal de Justiça, que expedirá o respectivo decreto, comunicando o fato, na segunda hipótese, ao Tribunal de Contas.

Art. 169 - Sempre que houver indício de prática de crime de ação pública, remeter-se-ão peças ao Ministério Público.

Art. 170 - As penalidades de advertência, censura e devolução de custas em dobro terão seus registros cancelados após o decurso de três (3) anos, e a de suspensão após cinco (5) anos, respectivamente, contados da aplicação ou do cumprimento da pena, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Art. 171 - Mediante decisão do corregedor-geral da Justiça, os auxiliares da Justiça de que trata este capítulo poderão ser afastados do exercício do cargo quando criminalmente processados ou condenados enquanto estiver tramitando o processo ou pendente de execução a pena aplicada.

Parágrafo Único - Recebida a denúncia ou transitada em julgado a sentença, o juiz do processo remeterá ao corregedor-geral da Justiça cópias das respectivas peças.

Art. 172 - O corregedor-geral da Justiça, por decisão fundamentada, poderá afastar os auxiliares da justiça do exercício do cargo, pelo prazo de sessenta (60) dias, prorrogável por igual período, se houver necessidade de acautelamento a fim de evitar a continuidade dos ilícitos administrativos praticados, para garantia da normalidade do serviço público ou por conveniência da instrução do processo administrativo.

Art. 173 - Fica assegurado ao serventuário titular da serventia, desde que não perceba remuneração dos cofres públicos, quando do afastamento ocorrido pela aplicação das normas contidas nos artigos 171 e 172 deste Código, o direito à percepção mensal de metade da renda líquida da serventia; a outra metade será depositada em conta bancária remunerada à disposição do Juízo.

Art. 174 - Afastado o titular, o corregedor-geral da Justiça designará interventor para responder pela serventia, fixando-lhe a remuneração.

aposentadoria será aplicada ao auxiliar da justiça do foro judicial:

I - em virtude de sentença que declare a perda de cargo ou de função pública;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Art. 176 - A punição dos funcionários das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada será efetivada mediante atos de seus respectivos presidentes.

Capítulo III

Prescrição

Art. 177 - Prescreverá o direito de punir:

I - em dois (2) anos, para as infrações sujeitas às penalidades de advertência, censura, devolução de custas em dobro e suspensão;

II - em quatro (4) anos, para as infrações sujeitas à pena de demissão e de cassação de aposentadoria.

Parágrafo Único - A punibilidade da infração também prevista na lei penal como crime prescreve juntamente com este.

Art. 178 - O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido pela autoridade competente para aplicar a penalidade.

§ 1º - A abertura da sindicância ou a instauração de processo administrativo interrompem a prescrição.

§ 2º - A abertura da sindicância meramente preparatória do processo administrativo, desprovida de contraditório e da ampla defesa, não interrompe a prescrição.

§ 3º - Suspende-se o prazo prescricional quando a autoridade reputar conveniente o sobrestamento do processo administrativo até a decisão final do inquérito policial, da ação penal ou da ação civil pública, desde que originadas no mesmo fato do processo administrativo.

§ 4º - Interrompida a prescrição, todo o prazo começa a correr novamente do dia da interrupção.

Capítulo IV

Processo Administrativo

Art. 179 - O processo administrativo terá início por portaria baixada por juiz ou pelo corregedor-geral da Justiça, na qual se imputarão os fatos ao servidor, delimitando-se o teor da acusação.

Parágrafo Único - Os atos instrutórios do processo poderão ser delegados pelo corregedor-geral da Justiça a juiz ou a assessor lotado na Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 180 - Ao servidor acusado será dada a notícia dos termos da acusação, devendo ele ser citado para, no prazo de dez (10) dias, apresentar defesa e requerer a produção de provas.

I - por mandado ou pelo correio, por meio de ofício sob registro e com aviso de recebimento;

II - por carta precatória ou de ordem;

III - por edital, com prazo de quinze (15) dias.

§ 2º - O edital será publicado três (3) vezes no Diário da Justiça e afixado no átrio do Fórum ou no da Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 181 - Em caso de revelia, será designado pela autoridade competente defensor dativo ao servidor.

Art. 182 - Apresentada defesa, seguir-se-á a instrução com a produção das provas deferidas, podendo a autoridade instrutora determinar a produção de outras necessárias à apuração dos fatos.

§ 1º - A autoridade que presidir a instrução deverá interrogar o servidor acusado acerca da imputação, designando dia, hora e local e determinando sua intimação bem como a de seu advogado.

§ 2º - Em todas as cartas precatórias e de ordem, a autoridade processante declarará o prazo dentro do qual elas deverão ser cumpridas. Vencido esse prazo, o feito será levado a julgamento independentemente de seu cumprimento.

§ 3º - Encerrada a instrução, será concedido um prazo de cinco (5) dias para as alegações finais do acusado.

§ 4º - Apresentadas as alegações finais, a autoridade competente proferirá decisão.

§ 5º - Instaurado o processo administrativo por determinação do corregedor-geral da Justiça, este, após receber os autos com o relatório elaborado pela autoridade instrutora, decidi-lo-á ou o relatará, conforme o caso, perante o Conselho da Magistratura.

§ 6º - A instrução deverá ser ultimada no prazo de cento e vinte (120) dias, prorrogáveis por mais sessenta (60) dias.

Capítulo V

Abandono do Cargo

Art. 183. Caracterizada a ausência do servidor na forma do artigo 163, parágrafo 2º, deste Código, fará o juiz a respectiva comunicação à Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 184 - Diante da comunicação da ausência do servidor, e havendo indícios de abandono de cargo, o corregedor-geral da Justiça baixará portaria instaurando processo administrativo, com expedição de edital de chamamento e citação, que será publicado no Diário da Justiça por três (3) dias consecutivos, convocando o servidor a justificar sua ausência ao serviço no prazo de dez (10) dias, contados da última publicação.

pelo servidor, deverá ele reassumir imediatamente suas funções.

Parágrafo Único - Não ocorrendo o retorno do servidor à atividade, segue-se o procedimento estabelecido nos artigos 180 e 181 deste Código.

Art. 186 - Declarado o abandono do cargo pelo Conselho da Magistratura, os autos serão encaminhados ao presidente do Tribunal de Justiça, que expedirá o decreto de demissão do servidor.

Capítulo VI

Recursos

Art. 187 - Das decisões do juiz ou do corregedor-geral da Justiça caberá recurso em último grau ao Conselho da Magistratura no prazo de quinze (15) dias.

Art. 188 - Das decisões originárias do Conselho da Magistratura cabe recurso ao Órgão Especial no prazo de quinze (15) dias.

Art. 189 - O recurso será interposto perante a autoridade que houver proferido a decisão recorrida, a qual, se o receber, encaminhá-lo-á no prazo de dois (2) dias ao órgão competente para julgamento.

§ 1º - Só não será recebido o recurso em caso de intempestividade.

§ 2º - O recurso será sempre recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo.

TÍTULO XI

FORO EXTRAJUDICIAL

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 190 - Aplica-se o regime deste título aos notários e registradores.

Parágrafo Único - Aos oficiais de registro de pessoas naturais, aos de registro de imóveis, aos de registro de títulos e documentos, aos tabeliães de protestos e aos tabeliães de notas, incumbem as atribuições inerentes aos seus ofícios, segundo as disposições legais e observados os limites circunscricionais, quanto aos dois primeiros.

Art. 191 - Além do contido no artigo 13 da Lei Federal 8935/94, observar-se-á o seguinte:

I - quanto às escrituras, será permitido às partes indicar o tabelião de sua preferência, que encaminhará ao ofício de registro e distribuição, para fins de registro, relação contendo todas as escrituras lavradas em prazo não superior a dez (10) dias, contados da lavratura;

II - nos distritos, esses registros serão feitos pelo próprio oficial distrital, em livro próprio, com encami-

relação das escrituras lavradas ao Ofício de Registro de Distribuição para os devidos fins;

III - nas comarcas onde haja dois ou mais ofícios de títulos e documentos e de pessoas jurídicas, o ofício de registro de distribuição procederá, antes da realização de seu registro, à distribuição equitativa dos títulos e documentos em número e valores. Serão também registrados, previamente, no Distribuidor os aditivos, alterações, averbações e anexos. As notificações e interpelações são de livre escolha do interessado, não ensejando compensação entre os ofícios, os quais deverão comunicar o Distribuidor para fins de registro, no prazo máximo de quarenta e oito (48) horas, a contar do protocolo;

IV - da relação a que alude os itens anteriores deverá constar o valor recolhido, quando devido, em favor do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus, sob pena de responsabilidade;

V - em caso de inobservância do disposto no item anterior, o oficial titular do ofício de registro de distribuição comunicará ao juiz competente, sob pena de responsabilidade.

Capítulo II

Deveres

Art. 192 - São deveres dos Notários e Registradores:

I - manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia, guardando-os em local seguro;

II - atender as partes com eficiência, urbanidade e presteza;

III - atender prioritariamente as requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhes forem feitas pelas autoridades judiciárias ou administrativas para defesa das pessoas jurídicas de direito público em Juízo;

IV - manter em arquivo as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade;

V - proceder de forma a dignificar a função exercida, tanto nas atividades profissionais como na vida privada;

VI - guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua profissão;

VII - afixar em local visível, de fácil leitura e acesso ao público, as tabelas de emolumentos em vigor;

VIII - observar os emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício;

IX - dar recibo discriminado dos emolumentos percebidos;

X - observar os prazos legais fixados para a prática dos atos do seu ofício;

XI - fiscalizar o recolhimento dos valores devidos incidentes sobre os atos que devam praticar;

mentação existente às pessoas legalmente habilitadas;

XIII - encaminhar ao Juízo competente as dúvidas suscitadas, obedecida a sistemática processual fixada pela legislação respectiva;

XIV - observar as normas técnicas estabelecidas pela autoridade competente e as prescrições legais e normativas;

XV - residir na sede da comarca ou no distrito em que exerçam suas funções;

XVI - comparecer pontualmente à hora de iniciar seu expediente e não se ausentar injustificadamente antes do término das atividades;

XVII - cumprir as instruções da Corregedoria-Geral da Justiça.

Capítulo III

Proibições

Art. 193 - Aos notários e registradores, além de outras previstas em lei, são estabelecidas as seguintes proibições:

I - o exercício da advocacia, da intermediação de seus serviços ou o exercício de qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que em comissão, salvo cargo eletivo nos termos da lei;

II - no serviço de que é titular, praticar pessoalmente qualquer ato de seu interesse ou de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta ou na colateral, consanguíneos ou afins até o terceiro grau;

III - a conduta atentatória às instituições notariais e de registro;

IV - a cobrança indevida ou excessiva de custas, ainda que sob a alegação de urgência ou a qualquer outro título;

V - valer-se do cargo para obter proveito indevido para si ou para outrem.

Capítulo IV

Penalidades

Art. 194 - São penas disciplinares:

I - repreensão;

II - multa;

III - suspensão por noventa (90) dias, prorrogáveis por mais trinta (30);

IV - perda da delegação.

Art. 195 - Na aplicação da pena, levar-se-ão em conta as disposições do artigo 163, parágrafo 4º, deste Código.

Art. 196 - São cabíveis penas disciplinares de:

I - repreensão, aplicada no caso de falta leve;

II - multa, em caso de reincidência ou de infração que não configure falta mais grave;

cumprimento dos deveres ou de falta grave;

IV - perda da delegação nos casos de:

a) crimes contra a administração pública;

b) abandono da serventia por mais de trinta (30) dias;

c) transgressão dolosa a proibição legal de natureza grave.

Parágrafo Único - As penas serão impostas pelo órgão competente, independentemente da ordem de graduação, conforme a gravidade do fato.

Art. 197 - O valor da pena de multa será fixado, considerados os rendimentos da delegação, em dias-multa, observados os critérios previstos no Código Penal.

§ 1º - O recolhimento da multa a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser efetuado nos termos do artigo 3º, inciso XXIII, da Lei Estadual 12216/98.

§ 2º - A comprovação do pagamento a que se refere este artigo far-se-á com a juntada ao respectivo procedimento de guia de recolhimento, devidamente autenticada pelo banco oficial, que encaminhará as demais guias ao seu destino.

Art. 198 - As penalidades de repreensão e de multa terão seus registros cancelados após o decurso de dois (2) anos e a de suspensão após o decurso de três (3) anos, se o servidor não houver nesse período praticado nova infração disciplinar.

Art. 199 - São competentes para aplicação das penalidades disciplinares o Conselho da Magistratura, o corregedor-geral da Justiça e os juízes perante os quais servirem ou a quem estiverem subordinados os servidores, observado o seguinte:

I - o Conselho da Magistratura poderá aplicar quaisquer das penalidades previstas no artigo 194 deste Código;

II - os juízes e o corregedor-geral da Justiça poderão aplicar as penas de repreensão e de multa.

Art. 200 - As penas de repreensão e de multa poderão ser aplicadas em sindicância, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 201 - Da imposição de penalidade dar-se-á ciência à Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 202 - Se a pena imposta pelo Conselho da Magistratura for a de perda da delegação, a decisão será remetida ao presidente do Tribunal de Justiça, que expedirá o respectivo decreto.

Art. 203 - Sempre que houver indício da prática de crime de ação pública, remeter-se-ão peças ao Ministério Público.

gado para a apuração de faltas imputadas, proceder-se-á na forma do artigo 173 deste Código.

Art. 205 - Fica assegurado ao agente delegado, quando do afastamento ocorrido pela aplicação do artigo anterior, o direito à percepção mensal de metade da renda líquida da delegação; a outra metade será depositada em conta bancária remunerada à disposição do Juízo.

Art. 206 - Afastado o agente delegado, aplicar-se-á o disposto no artigo 174 deste Código.

Art. 207 - A perda da delegação dependerá de:
I - decisão definitiva em processo administrativo;
II - sentença transitada em julgado.

Capítulo V

Prescrição

Art. 208 - Prescreverá o direito de punir:

I - em dois (2) anos, para as infrações sujeitas às penalidades de repreensão, multa e suspensão; e

II - em quatro (4) anos, para as infrações sujeitas à penalidade de perda da delegação.

Parágrafo Único - A punibilidade da infração também prevista na lei penal como crime prescreve juntamente com este.

Art. 209 - O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato tornou-se conhecido.

§ 1º - A abertura de sindicância e a instauração de processo administrativo interrompem a prescrição.

§ 2º - A abertura da sindicância meramente preparatória do processo administrativo, desprovida de contraditório e da ampla defesa, não interrompe a prescrição.

§ 3º - Interrompida a prescrição, o prazo começa a correr novamente do dia da interrupção.

Capítulo VI

Processo Administrativo

Art. 210 - O processo administrativo reger-se-á pelos artigos 179 a 186 deste Código.

Capítulo VII

Recursos

Art. 211 - Aplicam-se aos recursos os artigos 187 a 189 deste Código.

TÍTULO XII

VESTES TALARES, EXPEDIENTE E HORÁRIO

Capítulo Único

Vestes Talaes, Expediente e Horário

Art. 212 - Nos atos solenes da justiça é obrigatório o uso de vestes talaes, conforme modelo aprovado.

Art. 213 - O expediente dos ofícios de justiça será fixado pelo Órgão Especial.

DIVISÃO JUDICIÁRIA

TÍTULO I

DIVISÃO JUDICIÁRIA

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 214 - O território do Estado constitui circunscrição única, dividindo-se, para efeito da administração da Justiça, em seções judiciárias, comarcas, foros regionais, municípios e distritos.

§ 1º - As seções judiciárias serão integradas por grupos de comarcas, conforme anexo II.

§ 2º - Cada comarca, constituída de um ou mais municípios e distritos, terá a denominação do município que a ela servir de sede.

Art. 215 - Em caso de necessidade ou de relevante interesse público, mediante aprovação do Órgão Especial, poderá ser transferida provisoriamente a sede da comarca ou da seção judiciária, bem como ser determinada a sua agregação.

Capítulo II

Criação e Instalação de Comarcas, Varas e Distritos

Art. 216 - São requisitos para a criação e instalação de comarcas:

I – Para criação:

a) cidade-sede de município;

b) população não inferior a trinta mil (30.000) habitantes, com um mínimo de dez mil (10.000) eleitores;

c) existência de renda tributária significativa do desenvolvimento econômico do município ou da microrregião, que não poderá ser inferior ao dobro da exigida para a criação de municípios no Estado;

d) movimento forense anual, nos municípios que comporão a comarca, equivalente, no mínimo, à distribuição de quatrocentos (400) feitos, observando-se o que for estabelecido pelo Órgão Especial quanto à natureza dos processos.

II – Para instalação:

a) existência de edifícios públicos apropriados ao Fórum, à Delegacia de Polícia e à Cadeia Pública, esta dotada da indispensável segurança e em condições de abrigar presos;

b) existência de prédios públicos apropriados para residência do juiz de Direito e do promotor de Justiça;

c) preenchimento de todos os cargos judiciais, por designação, até o provimento efetivo, este no prazo de seis (6) meses.

§ 1º - As condições referidas no inciso I deste artigo poderão ser excepcionalmente dispensadas pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça se a distância e a

selharem a criação de nova unidade judiciária.

§ 2º - A comarca poderá ser extinta por proposta do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, quando deixarem de existir quaisquer dos requisitos que justificaram sua criação, ressaltando-se o disposto no parágrafo anterior.

Art. 217 - Para a criação de vara, observar-se-ão, além dos requisitos enumerados no artigo anterior, no que couber, a ocorrência das seguintes condições:

a) se vara cível, um mínimo de quatrocentos (400) feitos contenciosos por ano, não computadas as execuções não-embargadas;

b) se criminal, um mínimo de duzentos (200) processos por ano.

Art. 218 - A instalação de comarca será feita em audiência pública.

§ 1º - Presidirá a audiência de instalação o Presidente do Tribunal de Justiça ou o magistrado designado.

§ 2º - Do termo lavrado remeter-se-ão cópias autenticadas aos presidentes dos Tribunais de Justiça e de Alçada, do Regional Eleitoral; ao governador do Estado; ao presidente da Assembléia Legislativa; ao procurador-geral da Justiça e às Justiças Federal e do Trabalho no Estado.

Art. 219 - Distribuídos mais de oitocentos (800) feitos cíveis, não computados nesse número as execuções não-embargadas, os pedidos de alvarás e as precatórias ou quatrocentos (400) processos criminais, no ano imediatamente anterior, o juiz da comarca ou da vara dará conta do ocorrido à corregedoria-geral da Justiça para as providências necessárias à criação de nova unidade judicial, observado o disposto neste Capítulo.

Parágrafo Único - No caso de comarca de Juízo único, computar-se-á a soma das ações penais com as cíveis para os fins da comunicação de que trata este artigo.

Art. 220 - Para a criação de Distrito Judiciário, ressaltado o previsto no parágrafo 1º do artigo 216, exige-se a preexistência de Distrito Administrativo, de população não inferior a quatro mil (4.000) habitantes e de colégio eleitoral de, no mínimo, mil e quinhentos (1.500) eleitores.

Parágrafo Único - Os Distritos Judiciários serão instalados mediante prévia autorização do Presidente do Tribunal de Justiça.

TÍTULO II

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Capítulo Único

Prestação Jurisdicional

Art. 221 - A prestação jurisdicional no Estado é exercida por desembargadores, juízes do Tribunal de Alçada, juízes de Direito de entrâncias final, intermediária, inicial e por juízes substitutos, nos termos do anexo V.

CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS, SEÇÕES JUDICIÁRIAS E DISTRITOS JUDICIÁRIOS

Capítulo I

Classificação das Comarcas

Art. 222 - As comarcas, segundo a importância do movimento forense, a densidade demográfica, a situação geográfica e a condição de sede de seção judiciária, são classificadas em:

I - de entrância inicial;

II - de entrância intermediária; e

III - de entrância final.

Parágrafo Único - Para os fins constantes deste artigo, as comarcas obedecem ao elenco previsto no anexo I.

Capítulo II

Seções Judiciárias

Art. 223 - As seções judiciárias constituem agrupamento de comarcas ou foros regionais ou varas, assim organizadas para facilitar o exercício da prestação jurisdicional por juízes substitutos e por juízes de Direito substitutos, com a definição dos limites de competência atribuídos a cada um.

§ 1º - A composição das seções judiciárias é estabelecida conforme o contido no anexo II.

§ 2º - Na Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a competência do juiz de Direito substituto será definida por resolução.

Capítulo III

Distritos Judiciários

Art. 224 - Distritos são seções territoriais em que se divide a circunscrição judiciária de cada uma das comarcas.

Parágrafo Único - Os Distritos Judiciários agrupam-se em torno de comarcas-sede ou foro central ou foros regionais, conforme estabelece o anexo III.

TÍTULO IV

COMARCAS, JUÍZOS E SERVIÇOS AUXILIARES

Capítulo I

Composição das Comarcas e Competência dos Juízos

Art. 225 - As comarcas compõem-se de Juízo único ou de duas ou mais varas e, salvo exceções previstas, têm a competência estabelecida por este Código, observados os seguintes princípios:

I - nas de Juízo único, a competência será genérica;

II - nas de duas (2) varas, a competência será:

Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

III - nas de três (3) ou mais varas, a competência fixar-se-á por distribuição ou especialização;

IV - nas demais varas das comarcas de entrância final, será fixada por resolução.

Art. 226 - Nas comarcas do interior, a competência dos juízes das Varas em matéria especializada é a prevista para as correspondentes do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 227 - As comarcas e varas poderão ser declaradas em regime de exceção, em casos especiais, por ato do Conselho da Magistratura, ouvido o Corregedor-Geral da Justiça quando este não for o proponente da medida.

Parágrafo Único - Configurada a hipótese de que trata este artigo, o Presidente do Tribunal de Justiça designará juiz para exercer, cumulativamente com o titular, a jurisdição na comarca ou na vara, fixando-lhe a competência, definindo a forma de distribuição dos processos e estabelecendo o limite temporal da medida em até seis (6) meses prorrogáveis.

Capítulo II

Serviços Auxiliares

Art. 228 - Os serviços do foro judicial e extrajudicial, nas comarcas, serão executados por serventuários, funcionários da justiça e agentes delegados com as atribuições previstas para cada um dos correspondentes órgãos, observadas as disposições deste Código e na forma dos anexos I, IV e VI, tabelas 1, 2, 3 e 4.

Art. 229 - É mantida a atual constituição dos órgãos da justiça, com as alterações, supressões e acréscimos previstos neste Código.

Art. 230 - Nas varas e nos órgãos criados por esta lei, a constituição das serventias do foro judicial e dos órgãos do foro extrajudicial obedecerá aos critérios estabelecidos para as demais comarcas de igual entrância, ressalvadas as peculiaridades de cada caso.

Art. 231 - Em cada Juízo único ou vara servirão, no mínimo, dois (2) oficiais de Justiça.

Art. 232 - Os oficiais de Justiça, os auxiliares de Cartório e administrativos, e os serventes da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba serão lotados pelo presidente do Tribunal de Justiça, enquanto os de idênticos cargos nas demais comarcas, pelo juiz de Direito diretor de Fórum, de acordo com a necessidade do serviço.

distribuídos, para cumprimento, mandados cíveis e criminais, indistinta e eqüitativamente.

Art. 233 - No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, os órgãos distribuidores, contadores e partidores, de 1º a 5º, terão as seguintes atribuições:

a) 1º Órgão de Distribuidor, Contador e Partidor, em matéria das Varas Criminais de 1ª a 13ª; das Varas do Tribunal do Júri de 1ª e 2ª; das Varas da Fazenda Pública de 1ª a 8ª; das Varas de Família de 1ª a 8ª; das Varas de Delitos de Trânsito de 1ª a 3ª; nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 8º a 12º, Contador e Partidor nos créditos que se destinam aos Tabelionatos de Protestos de Títulos de 1º ao 6º.

b) 2º Órgão de Distribuidor, em matéria das Varas Cíveis de 1ª a 46ª; da Vara da Auditoria da Justiça Militar; da Vara de Precatórias Criminais, nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 1º a 7º, nos títulos que se destinem aos Órgãos de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de 1º a 4º.

c) 3º Órgão de Distribuidor, em matéria da Vara da Infância e da Juventude; da Vara da Infância e da Juventude e Adoção; da Vara de Adolescentes Infratores; da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas, nos créditos que se destinem aos Tabelionatos de Protesto de Títulos de 1º a 6º.

d) 4º Órgão de Contador e Partidor, das matérias que não se refiram ao 1º Órgão.

e) 5º Órgão de Distribuidor, em matéria das Varas de Execuções Penais de 1ª e 2ª; da Vara da Corregedoria dos Presídios; dos Juizados Especiais Cíveis e dos Juizados Especiais Criminais; da Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis e da Vara de Inquéritos Policiais, no registro dos atos lavrados nos Serviços Distritais do Bacacheri, Barreirinha, Boqueirão, Cajuru, Campo Comprido, Portão, Santa Felicidade, Santa Quitéria, Mercês, Novo Mundo, Pinheirinho, São Casemiro Taboão, Tatuquara, Uberaba, Umbará e nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 13º a 16º.

Art. 234 - Na Comarca de Londrina, o 1º e 2º Órgãos Distribuidores terão as seguintes atribuições:

a) 1º Órgão de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público, em matéria das Varas Cíveis de 1ª a 12ª; e da Vara da Infância e da Juventude, nos créditos que se destinem aos Tabelionatos de Protesto de Títulos de 1º a 3º e nos títulos que se destinem aos Órgãos de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de 1º e 2º.

b) 2º Órgão de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público, em matéria das Varas Criminais de 1ª a 8ª; da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios; da Vara de Família; da Vara de Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial; da Vara de Família e Acidentes do Trabalho; dos Juizados Especiais Cíveis e dos Juizados Especiais Criminais, nas

7º, no registro dos atos lavrados no Serviço Distrital de Tamarana, Warta, Guaravera, Irerê, Lerroville, Paiquerê, São Luís e Maravilha.

Capítulo III

Distritos Judiciários

Art. 235 - Em cada Distrito Judiciário, excetuado o da sede da comarca, haverá um oficial distrital com as atribuições definidas neste Código.

TÍTULO V

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Capítulo Único

Composição, Competência e Distribuição

Art. 236 - A Comarca da Região Metropolitana de Curitiba é composta pelo Município de Curitiba, em que se situarão o Foro Central e Regionais e ainda, pelos seguintes Foros Regionais:

I – Foro Regional de Almirante Tamandaré, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Tranqueira (Município de Almirante Tamandaré), Campo Magro (Município do mesmo nome);

II – Foro Regional de Araucária, compreendendo o Distrito da sede;

III - Foro Regional de Campo Largo, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Três Córregos, Bateias (Município de Campo Largo), Balsa Nova (Municípios do mesmo nome) e São Luiz do Purunã (Município de Balsa Nova);

IV - Foro Regional de Bocaiúva do Sul, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Adrianópolis e Tunas do Paraná (Municípios do mesmo nome) e Marquês de Abrantes (Município de Tunas do Paraná);

V - Foro Regional de Campina Grande do Sul, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Paiol de Baixo (Município de Campina Grande do Sul), Quatro Barras (Município do mesmo nome), Jardim Paulista e Borda do Campo (Município de Quatro Barras);

VI - Foro Regional de Colombo, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaraituba e Roça Grande (município de Colombo);

VII - Foro Regional de Fazenda Rio Grande, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Mandirituba (Município do mesmo nome), Areia Branca dos Assis (Município de Mandirituba) e Agudos do Sul (município do mesmo nome);

VIII - Foro Regional da Lapa, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Contenda (município do mesmo nome), Água Azul (município da Lapa) e Catanduvas do Sul (município de Contenda);

Distrito da sede;

X - Foro Regional de Piraquara, compreendendo o Distrito da sede;

XI - Foro Regional de Rio Branco do Sul, compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Itaperuçu (município do mesmo nome);

XII - Foro Regional de São José dos Pinhais, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cachoeira de São José, Campo Largo da Roseira, Colônia Murici, Borda do Campo de São Sebastião, São Marcos (município de São José dos Pinhais), e Tijucas do Sul (município do mesmo nome).

§ 1º - A competência dos Juízos e das varas dos Foros Central e Regionais será fixada por resolução.

§ 2º - Enquanto não sobrevier essa resolução, será observado, nos Foros Regionais criados por esta lei, o disposto na legislação anterior quando comarcas.

Art. 237 - No Foro Central, a distribuição entre varas de igual competência será feita sob a presidência de um juiz de Direito substituto da capital, designado pelo corregedor-geral da Justiça, que baixará ato disciplinando a matéria. Nos Foros Regionais, sob a presidência do juiz diretor do Fórum.

Art. 238 - A competência dos Juízos e Varas será fixada por resolução.

Art. 239 - A Comarca da Região Metropolitana de Curitiba terá sua composição conforme o contido no anexo III, tabela 1.

LIVRO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES FINAIS

Capítulo Único

Disposições Finais

Art. 240 - A expedição de certidões não poderá exceder o prazo de vinte e quatro (24) horas, sob pena de responsabilidade do serventuário, do funcionário da justiça ou do agente delegado, ressalvado o caso de comprovado acúmulo de serviço, hipótese em que os presidentes dos tribunais respectivos, o corregedor-geral da Justiça ou o juiz competente, conforme a situação, marcarão prazo de até quarenta e oito (48) horas excedentes para o efetivo atendimento.

Art. 241 - Os atos processuais devem ser praticados de ordinário na sede do Juízo, salvo razões de interesse da Justiça ou de obstáculos argüidos pelas partes e acolhidos pelo juiz.

será fixada e alterada por lei de iniciativa do Poder Judiciário.

Art. 243 - Os desembargadores que integram a cúpula diretiva do Tribunal de Justiça não participarão do Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 244 - Aos oficiais maiores e aos escreventes juramentados ainda remanescentes quando da entrada em vigor deste Código e com direitos assegurados pelo artigo 200 da Resolução nº 01/70, aplicam-se as disposições previstas no Livro IV, Título XI, Capítulo II.

Art. 245 - O Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná aplicar-se-á supletivamente, no que couber, aos servidores do Poder Judiciário e à magistratura, exceto nos procedimentos disciplinares.

Art. 246 - Nas comarcas de entrância inicial, as escrivânias cível e criminal poderão ser anexadas, a título precário, à medida que qualquer delas venha a vagar, mediante deliberação do Conselho da Magistratura.

Art. 247 - Os cargos de oficial maior e escrevente juramentado serão extintos à medida que vagarem, ressaltados a seus ocupantes os direitos assegurados nas leis anteriores.

Art. 248 - Os serviços do foro extrajudicial precariamente acumulados aos ofícios do foro judicial serão desacumulados quando da vacância da titularidade destes, por decisão do Conselho da Magistratura.

Art. 249 - Ficam mantidos os efeitos do artigo 2º do Decreto Judiciário nº. 320/2000, até a realização de concurso público e a conseqüente outorga de delegação.

Art. 250 - Os serviços do foro extrajudicial precariamente acumulados serão desacumulados quando da vacância da titularidade, excetuando-se os desmembrados no disposto no artigo 262 da presente lei.

Art. 251 - Fica criada a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), vinculada à Corregedoria-Geral da Justiça, presidida pelo corregedor-geral da Justiça, com atribuições e competência fixadas em resolução do Tribunal de Justiça.

Art. 252 - Ficam criados e extintos os cargos de magistrados conforme o contido no anexo IX, tabela 1.

Art. 253 - Os cargos do foro judicial ficam criados, extintos e transformados conforme o contido no anexo IX, tabelas 2, 3, 4, 5, 7 e 8.

da Região Metropolitana de Curitiba o seguinte:

- a) o 2º Tribunal do Júri, a ele se agregando a atual 2ª Vara;
- b) a Vara de Adolescentes Infratores;
- c) a Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas;
- d) a Vara de Inquéritos Policiais;
- e) 24 Varas Cíveis, de 23ª a 46ª;
- f) 4 Varas de Família, de 5ª a 8ª;
- g) 4 Varas da Fazenda Pública, de 5ª a 8ª;
- h) a Vara da Corregedoria dos Presídios;
- i) a 12ª e 13ª Varas Criminais.

Art. 255 - Fica criado nos Foros Regionais que integram a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, o seguinte:

I - no Foro Regional de Almirante Tamandaré:

- a) a Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e
- b) a Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

II - no Foro Regional de Araucária:

- a) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

III - no Foro Regional de Campo Largo:

- a) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

IV - no Foro Regional de Colombo

- a) a 2ª Vara Cível; e
- b) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

V - no Foro Regional de Fazenda Rio Grande:

- a) a Vara Cível;
- b) a Vara Criminal; e
- c) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

VI - no Foro Regional de Pinhais:

- a) a Vara Cível;
- b) a Vara Criminal; e
- c) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

VII - no Foro Regional de Rio Branco do Sul:

- a) a Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e
- b) a Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

VIII - no Foro Regional de São José dos Pinhais:

- a) a 3ª Vara Cível; e
- b) a Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

final o seguinte:

I – na comarca de Cascavel:

a) a 4ª e 5ª Varas Cíveis; e

b) a 3ª Vara Criminal;

II – na comarca de Foz do Iguaçu:

a) a 4ª Vara Criminal; e

b) a 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho;

III – na comarca de Guarapuava:

a) a 3ª Vara Cível; e

b) a Vara da Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

IV – na comarca de Londrina:

a) a 11ª e 12ª Varas Cíveis;

b) a 6ª, 7ª e 8ª Varas Criminais; e

c) a 3ª Vara de Família;

V – na comarca de Maringá:

a) a 7ª Vara Cível;

VI – na comarca de Ponta Grossa:

a) a 3ª Vara Criminal.

Art. 257 - Fica transformado no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba o seguinte:

a) a Vara de Precatórias Cíveis na 22ª Vara Cível;

b) a Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho na Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis; e

c) a 2ª Vara da Infância e da Juventude na Vara da Infância e da Juventude e Adoção.

Art. 258 - Fica transformado na comarca de Foz do Iguaçu o seguinte:

a) a Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial na 1ª Vara de Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Art. 259 - Fica transformado na comarca de Guarapuava o seguinte:

a) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial na Vara da Infância e da Juventude.

Art. 260 - Fica transformado na comarca de Cornélio Procopio:

a) Ofício de Registro de Títulos e Documentos, Registro de Pessoas Jurídicas e de Protestos de Títulos no Serviço de Registro de Títulos e Documentos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Tabelionato de Protestos de Títulos, acumulando precariamente o 1º Tabelionato de Notas.

Art. 261 - Ficam transformadas as Serventias Distritais de Warta, Maravilha, Lerroville, Paiquerê, Guara-vera, São Luiz e Irerê e seus respectivos titulares em 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª 13ª e 14ª Serventias Notariais da sede da

Judiciários, devendo seus respectivos titulares manter os livros atinentes aos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos extintos Distritos Judiciários.

Art. 262 - Ficam desanexadas as Serventias de Tabelionato de Protesto de Títulos precariamente acumuladas aos Tabelionatos de Notas das comarcas de Campo Largo, Araucária, Paranaguá e Sarandi e na comarca de Guarapuava fica desanexado o 1º Tabelionato de Protestos de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas. Na comarca de Pato Branco fica desanexado o Tabelionato de Protesto de Títulos do Serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas e do Serviço de Registros Civil das Pessoas Naturais. Na comarca de Cambé fica desanexado o Tabelionato de Protesto de Títulos do Tabelionato de Notas.

Art. 263 - Fica criado nas comarcas de entrância intermediárias o seguinte:

I - Na comarca de Andirá:

a) a Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) a Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

II - Na comarca de Arapongas:

a) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

III - Na comarca de Bandeirantes:

a) a Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) a Vara Criminal, da Infância e da Juventude, e Família.

IV - Na comarca de Cambé:

a) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

V - Na comarca de Castro:

a) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

VI - Na comarca de Cornélio Procopio:

a) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

VII - Na comarca de Francisco Beltrão:

a) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

VIII - Na comarca de Guaratuba:

a) a Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) a Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

IX - na comarca de Jacarezinho:

Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

X – na comarca da Loanda:

a) a Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) a Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

XI – na comarca de Matinhos:

a) a Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) a Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

XII - na comarca de Rolândia:

a) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

XIII – na comarca de São Mateus do Sul:

a) a Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

XIV – na comarca de Sarandi:

a) a Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

XV – na comarca de Telêmaco Borba:

a) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

XVI – na comarca de Toledo:

a) a 2ª Vara Criminal.

Art. 264 - Ficam elevadas à entrância final a comarca de Guarapuava e à entrância intermediária as comarcas de Guaratuba, Matinhos, São Mateus do Sul, Sarandi e Andirá.

Art. 265 - A categoria do juiz não será alterada por efeito de nova classificação dada à comarca, continuando nela a ter exercício.

§ 1º - Em caso de mudança da sede da comarca, ao juiz é facultado remover-se para a nova sede ou para comarca de igual entrância ou ainda obter disponibilidade sem prejuízo de seus direitos.

§ 2º - O juiz que permanecer na comarca elevada de entrância poderá, se promovido, nela continuar, desde que o requeira antes de findo o prazo para assumir o exercício na comarca para o qual tenha sido promovido.

§ 3º - A disposição acima somente se aplica quando a promoção se der para comarca de entrância imediatamente superior.

Art. 266 - Havendo desdobramento ou criação de vara ou comarca, o juiz titular e o serventuário da vara ou

terão o direito de optar pela de sua preferência, respeitados os seus direitos, nos dez dias seguintes à publicação do ato respectivo e, não o fazendo, entender-se-á que preferiu aquela de que é titular ficando, ainda, assegurado somente aos serventuários investidos na função até 05 de outubro de 1988, o direito de remoção na mesma entrância e sob o mesmo regime privado, para as serventias vagas ou mesmo criadas por esta lei.

Art. 267 - Por ato do presidente do Tribunal de Justiça, mediante proposta do corregedor-geral da Justiça, poderá ser instituída como serviço auxiliar uma central de mandados.

Art. 268 - Na comarca da Região Metropolitana de Curitiba, poderá o Tribunal de Justiça redistribuir as varas ou Juízos em Foros Regionais, estabelecendo a respectiva competência.

Art. 269 - Os cargos de oficial de Justiça criados pelo artigo 70 da Lei Estadual 10219, de 21 de dezembro de 1992, e transformados pela Lei Estadual 11719, de 12 de maio de 1997, passam a integrar o Foro Judicial das seguintes comarcas:

I – na comarca da Região Metropolitana de Curitiba:

- a) no Foro Central - quarenta e um (41) cargos;
- b) no Foro Regional de Pinhais - um (1) cargo;
- c) no Foro Regional de Rio Branco do Sul - três (3) cargos;

II – na comarca de Maringá - um (1) cargo;

III - na comarca de Arapongas - um (1) cargo;

IV - na comarca de Goioerê - um (1) cargo;

V - na comarca de Laranjeiras do Sul - um (1) cargo;

VI - na comarca de Paranaguá - um (1) cargo;

VII - na comarca de Toledo - um (1) cargo

VIII – na comarca de Campo Mourão - um (1) cargo;

IX - na comarca de Corbélia - um (1) cargo;

X - na comarca de Guaratuba - um (1) cargo;

XI – na comarca de Morretes - dois (2) cargos;

XII – na comarca de São João do Triunfo - um (1) cargo;

XIII – na comarca de Mandaguari - um (1) cargo;

XIV – na comarca de Sertãozinho - um (1) cargo;

XV - na comarca de Grandes Rios - um (1) cargo; e

XVI – na comarca de Jaguariaíva - um (1) cargo.

Art. 270 - Ficam extintos, à medida que vagarem, os cargos de oficial de Justiça criado pelo artigo 70 da Lei Estadual 10219, de 21 de dezembro de 1992, e transformados pela Lei Estadual 11719, de 12 de maio de 1997, nas comarcas a seguir discriminadas: Goioerê - um (1) cargo; Laranjeiras do Sul - um (1) cargo; Paranaguá - um (1) cargo; Corbélia - um (1) cargo; Morretes - dois (2)

- um (1) cargo.

Art. 271 - Ficam extintos os cargos de oficial de Justiça criados pelo artigo 70 da Lei Estadual 10219, de 21 de dezembro de 1992, e transformados pela Lei Estadual 11719, de 12 de maio de 1997, nas comarcas a seguir discriminadas: Rio Branco do Sul - um (1) cargo; Campo Mourão - um (1) cargo; Sertãoópolis - um (1) cargo; Grandes Rios - um (1) cargo e Jaguariaíva - um (1) cargo.

Art. 272 - Dos dez (10) cargos de secretário de Turmas Recursais, de entrância final, criados pela Lei Estadual 11468, de 16 de julho de 1996, oito (8) ficam transformados nos cargos de secretário de Juizado Especial, assim distribuídos:

a) dois (2) cargos de secretário de Juizado Especial Cível e um (1) cargo de secretário de Juizado Especial Criminal no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

b) um (1) cargo de secretário de Juizado Especial Cível na comarca de Londrina;

c) um (1) cargo de secretário de Juizado Especial Cível na comarca de Maringá;

d) um (1) cargo de secretário de Juizado Especial Cível na comarca de Cascavel;

e) um (1) cargo de secretário de Juizado Especial Cível na comarca de Ponta Grossa; e

f) um (1) cargo de secretário de Juizado Especial Cível na Comarca de Foz do Iguaçu.

Parágrafo Único - Dois (2) dos cargos de secretário de Turma Recursal, de entrância final, um da comarca de Londrina e outro da comarca de Maringá, criados pela Lei 11468, de 16 de julho de 1996, permanecem inalterados, e seus ocupantes exercerão suas funções na Turma Recursal com sede no Foro Central da comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para os fins dispostos nesta lei.

Art. 273 - Os catorze (14) cargos de secretário de Turmas Recursais, de entrância intermediária, criados pela Lei 11468, de 16 de julho de 1996, ficam transformados nos cargos de secretário de Juizado Especial, assim distribuídos:

a) um (1) cargo de secretário de Juizado Especial Cível na comarca de Apucarana;

b) um (1) cargo de secretário de Juizado Especial Cível na comarca de Arapongas;

c) um (1) cargo de secretário de Juizado Especial Cível na comarca de Campo Mourão;

d) um (1) cargo de secretário de Juizado Especial Cível no Foro Regional de Colombo;

e) um (1) cargo de secretário de Juizado Especial Cível na comarca de Cornélio Procopio;

Cível na comarca de Francisco Beltrão;

g) um (1) cargo de secretário de Juizado Especial

Cível na comarca de Guarapuava;

h) um (1) cargo de secretário de Juizado Especial

Cível na comarca de Irati;

i) um (1) cargo de secretário de Juizado Especial

Cível na Comarca de Paranavaí;

j) um (1) cargo de secretário de Juizado Especial

Cível na comarca de Pato Branco;

l) um (1) cargo de secretário de Juizado Especial

Cível no Foro Regional de São José dos Pinhais;

m) um (1) cargo de secretário de Juizado Especial

Cível na comarca de Telêmaco Borba;

n) um (1) cargo de secretário de Juizado Especial

Cível na comarca de Toledo; e

o) um (1) cargo de secretário de Juizado Especial

Cível na Comarca de Umuarama.

Art. 274 - Os servidores dos Juizados Especiais integrarão quadro próprio nos termos do anexo VII.

Parágrafo Único - Os servidores que ocuparem os cargos das unidades administrativas e jurisdicionais, bem assim os das Turmas Recursais, não poderão, a qualquer título, obter remoção ou designação para qualquer unidade administrativa ou jurisdicional, exceto para aquelas do próprio Sistema de Juizados Especiais, cuja regulamentação será objeto de resolução.

Art. 275 - Na comarca da Região Metropolitana de Curitiba, ficam criadas oito (8) Unidades Administrativas de Juizado Especial, sendo duas (2) Unidades Criminais e seis (6) Unidades Cíveis, todas com um (1) cargo de juiz de Direito.

Art. 276 - No Foro Central da comarca da Região Metropolitana de Curitiba e nas comarcas de entrância final fica criado um cargo de contador/avaliador de Juizado Especial, conforme os anexos VII e IX, tabela 8.

Art. 277 - No Foro Regional de Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e Rio Branco do Sul; e nas comarcas de entrância intermediária de Apucarana, Arapongas, Cambé, Campo Mourão, Castro, Cianorte, Francisco Beltrão, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Sarandi, Telêmaco Borba, Toledo, Umuarama e União da Vitória, fica criada uma (1) Unidade Administrativa de Juizado Especial Cível e Criminal, com um (1) cargo de juiz de Direito.

Art. 278 - Na comarca de entrância final de Guarapuava e no Foro Regional de São José dos Pinhais ficam criadas três (3) Unidades Administrativas de Juizado

cargo de juiz de Direito.

Art. 279 - Nas comarcas de entrância final de Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, fica criada mais uma (1) Unidade Administrativa de Juizado Especial Cível, todas com um (1) cargo de juiz de Direito.

Art. 280 - Nas comarcas de entrância intermediária de Cornélio Procopio, Guaíra, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Marechal Cândido Rondon e Rolândia, fica criada uma (1) Unidade Administrativa de Juizado Especial Cível e Criminal.

Art. 281 - Nas comarcas de entrância final, intermediária e inicial, ficam criados cargos de Auxiliar Administrativo dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, conforme os anexos VII e IX, tabela 8.

Art. 282 - Ficam criadas as Seções Judiciárias, com sede nas comarcas de Goioerê, Palmas, Pitanga e Sarandi.

Art. 283 - Ficam remanejadas as sedes das Seções Judiciárias de Bela Vista do Paraíso e Rolândia para Ibiporã e Cambé, respectivamente.

Art. 284 - Nas Seções Judiciárias com sede nas comarcas de Cambé, Campo Mourão, Paranaguá e Umuarama, haverá dois (2) juízes substitutos, cuja competência será fixada por resolução.

Art. 285 - A comarca de entrância final de Cascavel contará com três (3) seções judiciárias e a comarca de Guarapuava contará com duas (2) seções judiciárias, com a competência estabelecida no anexo II.

Art. 286 - Ficam criados serviços de Registros e Tabelionatos do Foro Extrajudicial, conforme o contido no anexo IV.

Art. 287 - Fica criado o Distrito Judiciário de Ferraria, no Foro Regional de Campo Largo, com delimitação territorial a ser estabelecida por lei de iniciativa do Poder Judiciário.

Art. 288 - Ficam transferidos os seguintes Distritos Judiciários:

I – Antonio Olinto - da comarca da Lapa para a comarca de São Mateus do Sul;

II – Vila Alta, Ivaté, Herculândia e Douradina - da comarca de Umuarama para a comarca de Icaraíma;

III - Nova Santa Rosa e Alto Santa Fé - da comarca de Toledo para a comarca de Marechal Cândido Rondon;

IV - Guairaçá - da comarca de Paranaíba para a comarca de Terra Rica;

a comarca de Paraíso do Norte;

VI – Nova Esperança do Sudoeste - da comarca de Francisco Beltrão para a comarca de Salto do Lontra.

VII - Alvorada do Sul - da comarca de Bela Vista do Paraíso para a comarca de Primeiro de Maio.

VIII - Quitandinha - da comarca de Rio Negro para a comarca de Fazenda Rio Grande.

IX - Diamante do Oeste - da comarca de Matelândia para a comarca de Santa Helena.

Art. 289 - Os Distritos Judiciários de Flor da Serra e Jardinópolis, ambos da comarca de Medianeira, serão mantidos até a vacância. O que vagar primeiro será extinto, ficando o serviço remanescente transformado no Distrito Judiciário de Serranópolis do Iguaçu.

Art. 290 - Ficam extintos os Distritos Judiciários constantes do anexo IX, tabela 6.

Art. 291 - Permanecem até a vacância, quando serão extintos, os Distritos Judiciários constantes do anexo IX, tabela 7.

Art. 292 - Os limites territoriais dos novos serviços de registro de imóveis serão fixados e alterados por lei de iniciativa do Poder Judiciário.

Art. 293 - A jurisdição das Varas de Execuções Penais tem sua delimitação territorial disposta no anexo VIII.

Art. 294 - No Foro Central da comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a Escrivania do 2º Ofício da 1ª Vara da Infância e da Juventude fica transformada em Escrivania de Adolescentes Infratores, e a Escrivania do 2º Ofício da 1ª Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios em Escrivania da Vara da Corregedoria dos Presídios.

Art. 295 - Fica criado na comarca de Foz do Iguaçu o 2º Tabelionato de Protesto de Título.

Art. 296 - Os ocupantes dos cargos de psicólogo da Vara de Execuções e de Penas e Medidas Alternativas e de contador/avaliador de Juizados Especiais, criados por esta lei, terão seus vencimentos fixados ao nível E3.

Art. 297 - Os ocupantes do cargo de auxiliar administrativo do Foro Judicial, criados por esta lei, terão seus vencimentos fixados da seguinte forma: entrância final - nível A3; na entrância intermediária - nível A2 e na entrância inicial – nível A1.

Art. 298 - Aos atuais juízes substitutos da Seção Judiciária de Guarapuava é assegurado o direito de opção

tes à vigência deste Código.

Art. 299 - O agente delegado, concursado na forma do disposto pelo parágrafo 3º do artigo 236, da Constituição Federal, que esteja respondendo por diferente delegação, poderá ser para esta última removido, no interesse da justiça e com a aprovação do conselho da magistratura, assim o requerendo, comprovada:

- a) a baixa rentabilidade da serventia para a qual recebeu a delegação;
- b) que a designação perdure por dois anos ou mais;
- c) a vacância da serventia a ser preenchida.

Art. 300 - Os anexos abaixo relacionados fazem parte integrante desta lei:

ANEXO I - Classificação das comarcas: entrâncias final, intermediária e inicial.

ANEXO II - Seções judiciárias: Tabela 1 – comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

Tabela 2 – Demais comarcas.

ANEXO III - Composição das comarcas e seus distritos judiciários:

Tabela 1 – comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

Tabela 2 – Demais comarcas.

ANEXO IV - Composição do foro judicial e foro extrajudicial por comarca.

ANEXO V - Magistratura estadual.

ANEXO VI - Cargos do foro judicial:

Tabela 1 – comarca da Região Metropolitana de Curitiba – entrância final;

Tabela 2 – Demais comarcas de entrância final;

Tabela 3 – Entrância intermediária;

Tabela 4 – Entrância inicial.

ANEXO VII - Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

ANEXO VIII - Jurisdição das Varas de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.

ANEXO IX – Criação e extinção de cargos:

Tabela 1 - Cargos da magistratura estadual;

Tabela 2 - Cargos da comarca da Região Metropolitana de Curitiba – entrância final;

Tabela 3 - Cargos do foro judicial por comarca – demais comarcas de entrância final;

Tabela 4 – Cargos do foro judicial por comarca - entrância intermediária;

Tabela 5 - Cargos do foro judicial por comarca - entrância inicial;

Tabela 6 - Extinção de Distritos Judiciários;

Tabela 7 - Extinção de Distritos Judiciários após vacância;

Tabela 8 – Cargos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

com a execução do presente Código correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 302 - A instalação das varas e o preenchimento dos cargos criados por esta lei, assim como qualquer alteração que aumente a despesa, ficam condicionados aos limites constantes da Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000 (LRF), e ao interesse da justiça, bem como a autorização específica do Órgão Especial, por maioria absoluta de seus membros.

Art. 303 - Este Código entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.12.2003.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente e Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 707/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Governo do Estado do Paraná, o IAP e a Cohapar, fazer cooperação e utilizar madeiras ilegais provenientes das apreensões e das florestas públicas e remanescentes da Paraná Ambiental, para a construção de casas populares. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 707/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Governo do Estado do Paraná, o Instituto Ambiental do Paraná e a Companhia de Habitação do Paraná, através da cooperação entre si, elaborarão um Programa de Construção de Casas Populares, através das madeiras ilegais apreendidas no âmbito do Estado e provenientes das florestas públicas e remanescentes da Paraná Ambiental.

Parágrafo único - A cooperação e a construção destinar-se-ão às famílias de baixa renda e às famílias que perderam as suas casas em acidentes.

Art. 2º - A construção de casas populares será nas áreas urbanas e rurais, dependendo da necessidade da região.

Parágrafo único - No caso da utilização da madeira apreendida, dar-se-á preferência à região onde for feita a apreensão.

Art. 3º - Para a execução do Programa serão obedecidos os padrões das habitações populares dos programas da Cohapar.

Art. 4º - Sob a coordenação da Cohapar as construções das unidades habitacionais poderão ser tam-

beneficiados.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.12.2003.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente e Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 720/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/2003, que estabelece o quantitativo de cargos de professor de ensino superior, integrantes da carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná a que se refere o Capítulo I da Lei nº 11.713. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 720/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica estabelecido o quantitativo de cargos de professor de ensino superior, integrantes da carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná a que se refere o Capítulo I da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, na forma do Anexo I.

§ 1º - Ato do chefe do Poder Executivo publicará, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta lei, a relação dos atuais ocupantes dos cargos a que se refere o *caput* deste artigo, por classe e por Instituição Estadual de Ensino Superior.

§ 2º - Os cargos de professor de ensino superior ainda não preenchidos serão supridos de acordo com o disposto na Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, devendo as Instituições Estaduais de Ensino Superior comunicar à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da contratação por concurso público, a classe em que foi admitido o docente.

Art. 2º - Fica estabelecido o quantitativo de cargos de agente universitário da carreira do Pessoal Técnico-Administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná, a que se refere o Capítulo II da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, na forma do Anexo II.

§ 1º - Ato do Chefe do Poder Executivo publicará, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta lei, a relação dos atuais ocupantes dos cargos a que se refere o *caput* deste artigo, por classe e por Instituição Estadual de Ensino Superior.

§ 2º - A distribuição do quantitativo de funções, por classe, do cargo de Agente Universitário, no limite dos quantitativos detalhados no Anexo II desta lei, será

conformidade com os seus estatutos.

Art. 3º - Ficam criados os cargos de agente universitário e as funções descritas a seguir, conforme quantitativo e Instituição Estadual de Ensino Superior, os quais deverão ser extintos quando vagarem.

I - 14 (quatorze) funções de Professor, de Ensino Médio Profissionalizante, classe VIII, da Carreira de Agente Universitário para atender ao Colégio Estadual Agrícola Augusto Ribas da Universidade Estadual de Ponta Grossa;

II- 04 ((quatro) funções de Instrutor Prático Nativo, classe VII, da Carreira de Agente Universitário para atender à Universidade Estadual de Maringá.

Parágrafo Único - Ato do Chefe do Poder Executivo publicará, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei, a relação dos atuais ocupantes dos cargos a que se refere o *caput* deste artigo, por Instituição Estadual de Ensino Superior.

Art. 4º - Ficam transformados em cargos de Agente Universitário, da carreira do Pessoal Técnico-Administrativo, nos termos do Capítulo II da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, os empregos criados para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná, nos termos da Lei nº 13.029, de 27 de dezembro de 2000.

§ 1º - Os empregos públicos transformados em cargos públicos de que trata o *caput* deste artigo constam do Anexo III da presente lei.

§ 2º - Ato do Chefe do Poder Executivo publicará, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação desta Lei, a relação dos atuais ocupantes dos cargos de empregos públicos, transformados, por esta lei, em cargos públicos, indicando a correlação das funções.

Art. 5º - A remoção de servidores e a alocação de cargos das Instituições Estaduais de Ensino Superior, das carreiras do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná e de Agente Universitário, ocorrerão por ato da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, mediante prévia anuência do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

§ 1º - As disposições funcionais de servidores autorizadas pelos Dirigentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior, nos termos do artigo 33 da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, deverão ser comunicadas ao Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

§ 2º - As Instituições Estaduais de Ensino Superior deverão encaminhar à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no prazo de 30 (trinta) dias da data da publicação desta lei, a relação de servidores em disposição funcional e os demais atos em até 15 (quinze) dias da sua autorização.

11.713, de 07 de maio de 1997, as funções de Engenheiro de Alimentos (classe VIII), Engenheiro de Pesca (classe VIII), Engenheiro Mecânico (classe VIII), Maquetista (classe VIII), Engenheiro de Produção (classe VIII) e Técnico em Educação Infantil (classe VIII).

Art. 7º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis nºs 10.382, de 14 de julho de 1993, 10.510, de 27 de outubro de 1993, 10.798, de 23 de maio de 1994, 11.021, de 29 de dezembro de 1994, no que se refere à criação de funções e vagas nas Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná e o artigo 5º da Lei Estadual nº 13.029, de 27 de dezembro de 2000.

Sala das Comissões, em 10.12.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO
Presidente e Relator

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 708/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/2003, que revoga a Lei nº 13.977, de 26 de dezembro de 2002 e, em consequência torna sem efeito as Leis nºs 12.941 e 12.954, respectivamente. (Doação de terreno). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 023/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados, mês de dezembro de 2003, conforme artigo 14, da Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992, artigo 14, referente ao mês de dezembro de 2003.

de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Doutor Luciano, Antonio Anibelli e Nelson Tureck.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 058/2003

P A R E C E R :

Encaminhada à esta Comissão de Tomada de Contas a proposição nº 058/2003, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referentes ao mês de dezembro de 2003, regulamentadas pela Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14.

Após análise do relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição acima, entendo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto à exatidão das contas prestadas, deliberando pelo parecer favorável.

Pelo acima exposto, conclui essa Relatoria pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 11.12.2003.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2958, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 023/2003.

Levanta-se a Sessão.